

A ENERGIA, DA GUERRA À PAZ E À SEGURANÇA

SAMUELE FURFARI

PREFÁCIO DE PHILIPPE BUSQUIN



A energia fóssil tem estado, infelizmente, na origem de muitas guerras. Começando pela de 1914, passando pelo Tratado de Versalhes, a emergência da geopolítica graças ao interesse dos militares, as necessidades energéticas da guerra de 40 a 45, a crise do petróleo dos anos 70, e terminando nas crises da Ucrânia e do Iraque. Este livro mostra como a falta de energia levou a tensões ou guerra. No entanto, a UE tornou-se um refúgio de paz graças à energia. Atualmente, a abundância de combustíveis fósseis oferece a possibilidade, verdadeiramente nova, de utilizar a energia como instrumento para trazer paz e segurança ao mundo. Para todos.

Filho de mineiro, Samuele Furfari é engenheiro e doutor em ciências aplicadas com uma tese sobre carvão. Há mais de 32 anos é funcionário da Comissão Europeia, onde sempre trabalhou no campo da política energética. Professor da ULB, onde leciona geopolítica da energia é, também, um disseminador da política energética e do desenvolvimento sustentável.

A ENERGIA, DA GUERRA À PAZ E À
SEGURANÇA

Samuele Furfari

A ENERGIA,

DA GUERRA

À PAZ

E À SEGURANÇA

Prefácio de Philippe Busquin

Quaisquer que sejam as vossas realizações, necessariamente, alguém vos ajudou. No meu caso foi o Professor René Cyprès. Este livro é dedicado à sua memória.

Samuele Furfari

Editor: Xoán Vázquez Mao
Editorial: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular
Autor: Samuel Furfari
Revisão Geral: Martín Fernández Prado e José Palma Andrés
Traduções: Ana Ladeiras
Maquetação: Imaxina Solucións
Impressão: Sgraf Artes Gráficas, SL
ISBN: 978-989-99804-3-3
Depósito Legal: VG 340-2017

Royale Academy da Bélgica

Rue Ducale, 1
1000 Bruxelas, Bélgica
www.academie-editions.be
www.academieroyale.be

Coleção L'Académie em poche

Sob a responsabilidade académica de
Véronique Dehant

Contribuições

© Hervé Hasquin, para texto

Grégory Van Aelbrouck, Académie
Royale Belgique (Royal Academy of
Belgium)

Samuele Furfari, pelas suas origens de criança imigrante no “Pays Noir¹”, está muito familiarizado com o carvão, durante muito tempo fonte de energia e de prosperidade na Bélgica. Engenheiro investigador da Universidade do Trabalho em Charleroi realizou, enquanto professor de Química na ULB² para o seu doutoramento com René Cypres, uma pesquisa sobre a liquefação do carvão e seguidamente um projeto de gaseificação nas minas no final dos anos 70. Em 1982 integra a Comissão Europeia e torna-se especialista em energia, tendo, também, participado em numerosas reuniões que forjaram o seu conhecimento em geopolítica da energia, matéria que leciona na ULB.

Depois de uma palestra brilhante na Academia sobre o papel das rochas-mãe desenvolvidas nos Estados Unidos, Samuele Furfari propõe uma vasta crônica histórica e geopolítica da energia tendo como fio condutor um ideal de paz e de solidariedade.

Percorremos com ele toda a história da descoberta de petróleo e a sua importância estratégica, que irá determinar a política ocidental no Médio Oriente, e nos revela uma descrição bastante inédita do acordo de Quincy (cruzador americano, onde se efetuou a reunião entre F. Roosevelt e o rei saudita Faisal Al Saud).

¹N.T. (região de Charleroi da província belga de Hainaut anteriormente denominada “Black Country” em referência às suas minas de carvão)

²N.T. (Universidade Livre de Bruxelas)

Recorda-nos, também, os primórdios da União Europeia, baseada na paz e materializada nos primeiros tratados, CECA e Euratom.

Refere-nos ainda, como ator atual da política energética europeia, que esta não é, infelizmente, suficientemente ambiciosa. Sublinha-o no capítulo “A UE renova a paz e a segurança” (p 26): após a criação do mercado interno, de 1992, impulsionado por Jacques Delors, disse-se que primeiro a eletricidade e em seguida o gás natural devem poder “circular” livremente pela UE como o fazem o açúcar, a carne bovina, os trabalhadores, os serviços, etc. É um conceito interessante, mas não é simples a sua implementação, tanto por razões técnicas objetivas, como por razões políticas menos dignas e inerentes à política interna dos Estados-membros.

Em 2000, por iniciativa de Loyola de Palacio, o livro verde sobre a segurança do abastecimento energético, mostra que a UE precisa de gerir melhor a sua dependência energética e, no espírito dos fundadores da Europa, salienta a necessidade de dispor de energia em abundância: temos de produzir mais, seja com o nuclear ou com as energias renováveis, temos de dialogar com os produtores de petróleo e os mercados devem ser integrados, incluindo os nossos vizinhos. Para ela, a segurança do aprovisionamento energético deve ter uma gestão política, em suma, a política energética europeia torna-se central, primordial.

É-o agora mais que nunca e a atualidade nos mostra os pontos fortes e as fraquezas.

Samuele Furfari, como testemunha privilegiada, nos explica no capítulo “Fazer funcionar os mercados” a necessidade de atuar em diversas áreas-chave começando com a concretização do mercado interno da energia através da

construção das ligações em falta nas infraestruturas.

A Comissão tinha proposto estabelecer o objetivo de interligação da capacidade de produção de eletricidade instalada em 10% em 2005 tendendo para 15%. Hoje, temos apenas 8%, e a obrigação de prever planos de falta de energia na Bélgica, no caso de um inverno rigoroso, é a triste ilustração disso.

Infelizmente, é claro que as questões de segurança de energia são muitas vezes tratadas exclusivamente a nível nacional, sem que a interdependência dos Estados-membro seja plenamente tida em conta.

A questão da diversificação dos países fornecedores e das rotas de transporte é muito bem explicada e coloca em perspetiva os conflitos presentes, quer sejam na Ucrânia ou no Iraque e na Síria. A questão do Curdistão é, também, claramente posta em destaque e faz-nos entender todas as questões geoestratégicas dessa parte do mundo.

Samuele Furfari tem, no entanto, uma visão otimista da situação futura, considerando que a energia pode ser mais abundante e melhor redistribuída.

O futuro dos combustíveis fósseis está assegurado até ao horizonte de 2050, quer seja a partir das rochas-mãe (a mudança política e industrial que constitui a sua exploração nos Estados Unidos) quer seja sobre as potencialidades futuras das energias fósseis (que as novas tecnologias permitem aumentar a nível mundial) diversificando-as melhor geograficamente.

Entretanto releva a importância do direito internacional

com a Convenção sobre o Direito do Mar, adotada em 1982 e que entrou em vigor em 1994, permitindo aumentar significativamente a área dos países costeiros proporcionando-lhes a oportunidade de explorar uma “zona económica exclusiva” de 200 milhas náuticas, tanto mais importante quando os geólogos nos ensinam que é ao longo da costa onde se encontram os grandes depósitos de hidrocarbonetos.

Esta descoberta permite a Samuele Furfari, no seu estilo direto e enérgico, atacar os discursos alarmistas sobre os picos de petróleo e de gás.

Insiste, todavia, na importância da eficiência energética lembrando o objetivo de 30% de energia até 2030 em relação às projeções, e estando envolvido desde o início na preparação do pacote clima-energia europeia (20/20/20) de 2008, apoia o desenvolvimento das energias renováveis e do mix energético, incluindo a energia nuclear. Contudo, o impacto dos combustíveis fósseis sobre as alterações climáticas não é evocado neste trabalho, embora ele esteja ciente disso.

Em conclusão, para além de um documento apaixonado, é acima de tudo uma grande mensagem para a paz e a segurança, graças a uma política energética desenvolvida mundialmente visando mais solidariedade e felicidade para todos.

Uma conclusão é clara: “Deixemos de ver a energia como uma fonte de poluição e vejamo-la como uma fonte de vida.”

Philippe Busquin,
Membro da Academia

Para aqueles que, como eu, trabalham no campo da energia, desde a crise do petróleo dos anos 70, a questão da energia não é nova. Não é nem mais complexa nem intrincada nem crucial. Eu também acredito que não é mais difícil de resolver do que o era então. Diria mesmo o oposto, pois, em quarenta anos, temos aprendido muito, investido muito e, acima de tudo, progredido muito do ponto de vista tecnológico. Que eu saiba, recentemente, não tivemos que viver com domingos sem carros por causa da interrupção do abastecimento, como se fez então. Aquelas foram crises terríveis, que prejudicaram a economia, mas que também fizeram oscilar os alicerces dos espaços de liberdade que são os países da OCDE.

Se a situação não é intrinsecamente mais difícil do que

era então, é certamente mais mediatizada e muito mais politizada. Tem mais cobertura dos media porque toda a gente acredita ter o direito de dar a sua opinião sobre o assunto, sem conhecimento das múltiplas facetas que compõem a questão energética, que é principalmente uma questão de física e química, e depois de engenharia, economia, finanças e geopolítica. Que peso pode ter o argumento de que “a energia deve ser cidadã” contra o segundo princípio da termodinâmica, ou o princípio da inércia ou o da permeabilidade das rochas-mãe? Em julho de 2014, num simpósio na Universidade de Barcelona, um professor disse: “se todos os que falam, sem saber nada sobre energia, se calassem teríamos, finalmente, a calma necessária para tratar seriamente a questão”.

A questão energética está mais politizada do que estava durante as crises petrolíferas porque hoje, por detrás do debate político sobre a energia, se introduziu uma questão de escolha da sociedade. A grande mudança em relação aquela época é que para uma parte da população a energia tornou-se sinónimo de mau, de saques à natureza, de poluição. Nos anos 70 as pessoas sabiam que a energia estava na base do progresso extraordinário que tinha permitido, no período de uma geração, mudar radicalmente a qualidade de vida. Sem ignorar que os seus avós, até mesmo os seus pais, não tinham eletricidade, e portanto tão pouco iluminação, nem frigorífico, nem água corrente, nem lavabos, nem casa de banho, nem carros, nem aviões, etc. Hoje, aqueles a que chamamos “cidadãos” não se envergonham destas imagens do passado e acreditam que a energia é totalmente negativa. Mas será que o Irão, tão interessado na geopolítica, se preocupa com a opinião de uma ONG belga que propaga tais ideias?

Por estar constantemente em contato com jovens, através das minhas várias atividades, estou alarmado ao observar que praticamente todos foram mentalizados, através de um trabalho de comunicação extremamente bem orientado, que a energia é a fonte de todos os males da humanidade. É uma constatação transversal aos diferentes países da UE. Para a juventude europeia a utilização da energia deve ser limitada, o mais possível, a fim de evitar a contaminação e de não explorar mais a natureza. O desenvolvimento sustentável e a posterior mudança climática é a sua nova religião; é o novo ópio do povo parafraseando Lenine.

Porque não? Mas sim, têm razão, deixemos de usar energia, mas com a condição de aceitar as consequências. No entanto, verificamos que os jovens consomem energia de forma completamente contraditória com as suas crenças. Quer seja para a sua alimentação, para o seu lazer, para o seu vestuário, eles estão em pleno na sociedade de consumo, ou seja, na sociedade "energívora". Os aviões, e não apenas os das companhias aéreas de baixo custo, estão cheios de jovens correndo o mundo para se encontrarem. Quantos estudantes se recusam a fazer um Erasmus com a desculpa de que isso vai consumir energia, uma grande quantidade de energia, se considerarmos os custos de alojamento, além da viagem?

É verdade que muitas pessoas que se divorciam - ou melhor, que se separam uma vez que nos casamos cada vez menos - não pensam nas implicações energéticas da sua escolha de vida, escolha legítima em qualquer caso. Não sendo a principal fonte de consumo de energia o transporte aéreo mas o aquecimento das casas, um casal divorciado duplica os seus consumos de energia, uma vez que é necessário aquecer

duas casas, dois frigoríficos, duas televisões,..., em vez de uma só. Para não mencionar, se necessário, as deslocações dos filhos entre os diferentes pais e avós. Todas as pessoas são ecológicas na alma, mas o seu comportamento não é totalmente coerente.

Sou levado a pensar que o frenesim dos últimos anos pode não durar. A contradição é muito forte e deve existir uma melhor adequação entre o pensamento e o comportamento. Estou entre aqueles que pensam que será mais fácil mudar a ideologia do que modificar os hábitos de conforto. Afinal, na história da humanidade, as ideologias sempre evoluíram, muitas simplesmente desapareceram. Ninguém vai abandonar a higiene, os cuidados de saúde ou uma alimentação saudável sob o pretexto de que não se podem utilizar os recursos naturais. É, estou certo, a constatação objetiva que devemos fazer já hoje.

Por outro lado, se considerarmos o facto de que no mundo há 1.300 milhões de pessoas (2,6 vezes a população europeia) que não têm acesso à energia elétrica e vários milhares de milhões que têm um acesso aleatório e, ainda, que 2.700 milhões de pessoas (cinco vezes a população europeia) comem refeições cozinhadas com fogo ainda feito no chão com energias renováveis, entendemos que estamos perante uma flagrante contradição ao dizer que a energia é a fonte de todos os males. Pergunte-se a estas pessoas que cozinham com lenha ou excrementos de animais se eles querem continuar a viver assim! Na Europa abandonamos estes modos de cozinhar há décadas, até mesmo séculos. Assim como não é apertando-lhe o cinto que aquele que tem fome se vai alimentar, não é falando sobre poupança de energia e de energias renováveis que um terço da população

do mundo vai passar a dispor de energia.

Ouvimos muitas vezes dizer que o mundo não será sustentável “se os chineses viverem como nós.” Embora tal afirmação se baseie em impressões, esconde o verdadeiro problema. O objetivo não é que toda a população do mundo viva como nós, mas que viva com dignidade. No entanto, ainda existem centenas de milhões de pessoas que caminham descalças. Se conseguirem sapatos será um grande progresso para eles, possuir uma bicicleta seria um luxo. Não necessariamente têm que ter uma motocicleta, ou até mesmo um carro, para poder trabalhar (certamente não falamos do lazer). Queremos admitir que estas pessoas têm o direito de progredir - ao seu próprio ritmo - neste cenário não para “viver como nós,” mas, pelo menos, para viver como os nossos avós viveram? Cada uma destas etapas é uma mudança radical para os necessitados, é uma melhoria considerável na sua procura legítima de uma vida decente. Um futuro melhor implicará apenas o consumo de um pouco mais de energia, não o desperdício de energia. Progressivamente, a perspectiva de uma vida melhor ajudará os energeticamente pobres a progredir como os europeus o fizeram ao longo do século passado.

Confrontado com as crescentes necessidades, tanto para tirar estas pessoas da miséria como para permitir aos abastados deste mundo que continuem a beneficiar de um bom padrão de vida, a conclusão é clara: precisamos de mais energia, muito mais energia. Não é o propósito deste livro, mas, é claro, há sempre espaço para ser mais eficiente no uso da energia. A busca de eficiência energética não terminou e nunca vai acabar porque num mundo sujeito à concorrência imposta pela globalização, a eficiência é uma virtude indispensável.

A eficiência energética, tal como a utilização racional de todos os recursos naturais, é fortemente estimulada por um mercado aberto e transparente³.

Devemos ter medo desta crescente procura de energia? Não, porque felizmente, como veremos, ao contrário do que foi dito até à saciedade, a energia é abundante, muito abundante. Apesar desta abundância, precisamente por causa desta necessidade crescente, a importância da segurança do armazenamento energético é, e continuará a ser fundamental, e, portanto, uma fonte de tensões internacionais que devem ser controladas. Devido às vantagens estratégicas e económicas que oferece àqueles que a possuem, a energia tem sido por vezes, no passado, causa de guerra. Hoje em dia é-o menos. Coletivamente interessa-nos que no futuro o seja cada vez menos. A energia pode - deve - tornar-se numa fonte de prosperidade, de paz e de segurança.

Para garantir a paz e a segurança no mundo a condição é que cada pessoa tenha acesso à energia de que necessita para viver com dignidade. Proponho-lhes uma viagem histórica e atual, na esperança de lhes transmitir o modo como estamos a passar de forma gradual, mas segura, da guerra pela energia, à paz e à segurança, graças à energia abundante.

³Ver Samuele FURFARI, L'écologie au pays des merveilles, Paris, Bourin Éditeur, 2012.

PORQUE É
A ENERGIA
NECESSÁRIA?

A ENERGIA É A VIDA

Em primeiro lugar, antes de ser um desafio político, antes de ser uma escolha social, mesmo antes de ser uma fonte de energia, a energia é um conceito da física. É equivalente ao conceito físico de trabalho, ou seja, é o vetor físico resultante do produto de um vetor de deslocamento de uma força (ou de um peso, falando em linguagem figurativa) pelo vetor de uma distância. Deve-se acrescentar o trabalho ou a energia necessária para vencer o atrito, por exemplo, para vencer a resistência à rotação e, também, para superar a resistência aerodinâmica que varia com o quadrado da velocidade. Grosso modo, podemos dizer que quanto mais pesa um objeto, mais roda em pendente e mais rápido gira, maior quantidade de energia necessita. Podemos transpor este

conceito ao aquecimento pois o calor não é mais do que um aumento na velocidade de deslocação das moléculas.

Para o que nos ocupa, vamos reter que quanto mais trabalhamos mais energia é necessária; quanto mais rápido vamos mais energia é necessária; quanto mais nos deslocamos mais energia é necessária; quanto mais nos aquecemos mais energia é necessária. A não ser que fiquemos sentados ao sol, para tudo o que fazemos necessitamos de energia. Seja qual for o trabalho que fazemos, necessitamos de energia. Até mesmo o nosso corpo necessita de energia para viver. Não comemos, acima de tudo, pela gula, mas porque sem comida não alimentamos com energia a máquina química que é o nosso corpo; sem alimentos o nosso corpo não pode funcionar.

Antes de explorarmos massivamente a energia fóssil, a humanidade usou apenas energia renovável: madeira em primeiro lugar, depois a força animal (cavalo e boi). Progressivamente o Homem tem dominado a energia motriz através de moinhos de água e vento... e isso é tudo. Não! Ele também inventou uma forma indigna de energia - contrária ao desenvolvimento sustentável - e que, infelizmente, ainda existe em algumas partes do mundo: a escravatura. O jugo foi certamente abolido graças ao humanismo dos Wilberforce, mas também porque tinha sido descoberto algo mais dócil do que o escravo: a energia fóssil. O mundo viveu, assim, até ao século XIX, numa precaridade generalizada de energia. Os dois meses de licença das "férias grandes" escolares têm origem na necessidade de colocar as crianças a trabalhar no campo. A humanidade tem sido capaz de crescer em número, desenvolver-se culturalmente, e mesmo economicamente, mas tem sido principalmente no âmbito de uma economia de subsistência, com muito trabalho duro e sofrimento físico

tanto para os homens como para os animais de tração. Para os ricos que podiam pagar, impor pela força ou pelo poder da utilização da energia humana da escravatura, o infortúnio era apenas menor. Em toda a sua glória, graças a um exército de criados, empregados e outros lacaios, o Rei Sol, Napoleão e a Rainha Victoria viveram com um nível de conforto ou com uma higiene e uns cuidados de saúde que nenhum desempregado europeu de hoje aceitaria.

A ENERGIA REVOLUCIONA O MUNDO

Quanto à economia moderna, a energia é simplesmente o seu “sangue”. Absolutamente nada do que nos é tão familiar teria sido possível se não houvesse energia em abundância: nem carros, nem aeroportos, nem viagens escolares, nem banhos de água quente, nem frigoríficos, nem máquinas de lavar, nem hospitais, nem filmes, nem e-mails, nem o festival de Avignon, nem campeonatos do mundo, nem Internet, nem McDonalds, nem Starbucks. Nada! A energia é simplesmente a vida!

Foi após o engenheiro escocês James Watt ter inventado a máquina a vapor, que patenteou em 1769, que o mundo entrou na turbulência energética. A energia extraída desta invenção é tal que irá revolucionar todas as profissões no mundo. A mecanização origina o desenvolvimento das manufaturas na indústria têxtil e na construção mecânica. O entusiasmo com estas novas técnicas leva ao êxodo rural, pois é nos centros urbanos onde esta epopeia industrial acontece. Mas isso requer mais energia; a máquina a vapor já não se contentará somente em queimar madeira. O carvão, ou, para ser mais preciso, a hulha, torna-se a fonte desta industrialização. Vai ser sempre necessário mais carvão para

os mestres da forja. O economista britânico William Jevons publicou *A questão do carvão*⁴ porque teme que, apesar da crescente eficiência energética das máquinas e seus benefícios, a sua multiplicação conduzirá ao esgotamento das reservas de carvão (como veremos, este equívoco conceptual ainda está em vigor em muitas outras áreas). Não falamos ainda de eletricidade, mas a quantidade de hulha necessária é tal, que estamos a assistir a um novo êxodo rural descontrolado e da urbanização. Nasce os assentamentos⁵. O carvão rapidamente se torna indispensável, é necessário mais, sempre mais, para responder à industrialização. O consumo mundial nunca vai diminuir e, tendo em conta os vastos recursos mundiais de carvão, não vai parar a curto prazo. A energia proveniente do carvão torna-se a chave para o crescimento industrial. A produção de hulha alemã passa dos 30 milhões de toneladas, em 1871, para 70 milhões em 1890; 110 milhões, em 1900, e 190 milhões, em 1913.

O OURO PRETO

Em paralelo e com independência começamos a interessar-nos pelo petróleo: não como o fazemos hoje em dia, para o transporte, mas para a iluminação. Na altura, iluminava-se com óleo de baleia e já se sabia que era necessário proteger estes cetáceos; desde então começamos a estudar uma alternativa a este produto natural. Desde a antiguidade sabíamos que aqui e ali escorria da terra uma massa preta viscosa que ardia; a Bíblia e Marco Polo tinham-no referido. Alguns industriais americanos financiaram a primeira prospeção petrolífera criando a Seneca Oil Company⁶. A primeira perfuração é feita nos afloramentos de petróleo de Titusville, na Pennsylvania, por Edwin Drake. O petróleo jorra no sábado 29 de agosto de 1859, quando a broca atinge

⁴William Stanley Jevons, *The Coal Question*, Macmillan, 1865.

⁵N.T. Grupos de casas para os operários, nas regiões mineiras.

⁶Entendemos porque o petróleo se designa em inglês "oil" (óleo).

uma profundidade de 23 metros. A corrida ao ouro negro começa; torna-se um verdadeiro sucesso e a produção é tal que o preço passa de vinte dólares por barril, em 1859, a meio-dólar por barril, em 1861. Na história do petróleo, é apenas durante este curto período que o seu preço irá resultar da lei da oferta e da procura. Isso não vai durar porque vamos compreender rapidamente que o petróleo é um recurso natural como nenhum outro no mundo. O ouro é caro, porque é difícil de encontrar, mas podemos viver sem ouro. O ouro negro é caro porque não podemos viver sem ele. E sê-lo-á por muito tempo.

John Davidson Rockefeller, um jovem de 23 anos muito dotado para a gestão e a procura pela eficiência em todas as áreas, vai rapidamente pôr ordem nesta situação febril e irracional que se seguiu à corrida ao ouro negro. Concentra-se na refinação e na distribuição e chega a produzir um querosene que não fuma. A sua empresa ostenta uma designação que indica bem o seu génio para a gestão: Standard Oil Company of Ohio (SOCO). A sensibilidade para a gestão é ainda hoje a principal característica do mundo do petróleo. As grandes companhias petrolíferas são, principalmente, gestoras de projetos complexos, dispendiosos e demorados na sua implementação. Há poucas áreas no mundo que necessitem de uma gestão tão cuidada como a da produção de petróleo.

A Standard Oil vende para todo o mundo. Em 1875, setenta por cento das atividades da SOCO estão fora dos Estados Unidos. Tendo-se tornado muito poderosa, o governo dos Estados Unidos aprovou uma lei chamada "Sherman Act" dando origem, em 1911, à cisão deste gigante em 34 sociedades.

Nesse período o petróleo torna-se imprescindível. Se num primeiro momento foi explorado para substituir o óleo de baleia nas lâmpadas de iluminação, agora é procurado para utilização no sector dos transportes, tendo em conta o desenvolvimento meteórico da indústria automóvel. Até então, Thomas Edison e muitos outros inventores que queriam encontrar uma alternativa para o transporte a cavalo, tinham apostado no carro elétrico. Ferdinand Porsche, por ocasião da Exposição Universal que se realizou em Paris, em 1900, obtém um prémio de inovação por um carro elétrico que tem os motores nos eixos das duas rodas dianteiras, um feito que se tenta apresentar hoje como “uma inovação” dado que o magnífico carro elétrico Tesla S está equipado com um motor elétrico em cada uma das quatro rodas. Edison, conhecido pela sua tenacidade na procura de soluções decide, no entanto, abandonar o seu sonho do carro elétrico quando o seu amigo Henry Ford finaliza o seu veículo. Confessa-lhe que foi ele quem ganhou a corrida pelo transporte automóvel graças ao petróleo. O transporte automóvel é uma nova revolução graças à extraordinária concentração de energia na gasolina ou no diesel, produtos líquidos muito facilmente manipuláveis. A partir deste momento tudo vai acelerar-se.

A GRANDE GUERRA

Com a finalidade de proteger as Índias, o Império Britânico, um império marítimo, começa a interessar-se pelos territórios isolados do Oriente Médio. Os britânicos procuram limitar a influência da presença russa nesta parte do mundo. Na Ásia Central tem lugar o “grande jogo”, como descrito por Rudyard Kipling no seu romance Kim. Para os britânicos interessa controlar a zona tampão no sul do Império Russo, mas também o Império Otomano, com a finalidade de se apossar das Índias. Já a França, encontra-se desligada do Oriente desde o fracasso da expedição de Napoleão ao Egito, em 1798, e não se interessa muito pelo petróleo. É o barão britânico Paul Julius Reuter⁷, que inicia a exploração de petróleo na Pérsia, em 1899, mas sem sucesso. Naquela época fazer a prospeção de petróleo era como procurar uma agulha num palheiro. Será William Knox D’Arcy, um canadiano de origem francesa que, depois

⁷Nascido na Alemanha numa família judia, converte-se ao cristianismo depois de ter fugido do seu país.

de ter feito uma fortuna nas minas de ouro de Queensland, continuará a prospeção. Assina um acordo de exploração com o xá do Irão, em 1901. Mas necessita de capital novo pois, tal como hoje, procurar petróleo é uma operação dispendiosa.

CHURCHILL AO COMANDO

John Fisher, almirante da marinha britânica, está convencido que a revolução do transporte automóvel deve, também, aplicar-se a propulsão marítima. O gásóleo apresenta, de facto, uma tripla vantagem sobre o carvão: tem uma densidade energética mais elevada (a igual peso liberta 1,8 vezes mais energia), permitindo que os navios de guerra naveguem mais rápido; é líquido e, portanto, fácil de manusear (não são necessários pás ou sacos); e também não produz cinzas, o que é uma vantagem clara, uma vez que não é necessário limpar as caldeiras, operação que implicava a paragem dos navios. O almirante Fisher entende que a guerra no mar vai mudar radicalmente graças aos produtos petrolíferos, o que o tornará conhecido como a figura mais importante da história da marinha de Sua Majestade depois de Nelson.

Convence o jovem Winston Churchill, na altura Primeiro Lorde do Almirantado, que por sua vez convencerá o governo britânico, que é necessário encontrar uma solução para o desafio proposto por John Fisher. A 2 de agosto de 1912 o rei Jorge V cria uma comissão que deve “produzir um relatório sobre o modo de produzir e armazenar o combustível líquido para aplicações em tempo de paz e de guerra e a sua utilização em motores de navios de guerra, quer diretamente quer por combustão interna”⁸.

⁸The London Gazette, 2 de agosto de 1912.

Está tudo dito. É necessário combustível líquido para vencer a próxima guerra. Permitir aos exércitos mover-se rapidamente no mar, mas também em terra, exige consequentemente petróleo, e em grandes quantidades. Não haverá mecanização dos exércitos sem prospeção e produção de petróleo, pelo que a diplomacia de Londres entra em jogo no mundo do petróleo. Se, até então, o petróleo era uma energia, tornar-se-á o nervo da guerra. São os britânicos os primeiros a compreendê-lo e implementar a geopolítica da energia com fins militares. Não só vão encontrar o capital necessário para permitir a exploração de petróleo no Médio Oriente, como para aí se instalarem por muito tempo.

Com o objetivo de dar início a esta estratégia, revolucionária para a época - maio de 1914, Winston Churchill negocia com a Shell e coloca tudo em prática para que o almirantado britânico possa apropriar-se da Anglo-Persian Oil Company. Esta empresa vai mudar de nome, em 1935, para se tornar na Anglo-Iranian Oil Company e, em 1954, na British Petroleum, atualmente conhecida em todo o mundo com o nome de BP, na sequência da sua fusão, em 1998, com a americana Amoco originária, por sua vez, do desmantelamento da Standard Oil.

Durante esse tempo, os alemães ficarão de braços cruzados. No âmbito dos acordos assinados em 1903 com o Império Otomano, eles constroem, graças à mediação do Deutsche Bank, a ferrovia Istambul-Bagdad, que forma parte da linha Berlin-Bagdad e obtêm, por sua vez, uma concessão petrolífera de vinte quilômetros em cada um dos lados desta via. No entanto, sozinhos não conseguem fazer face a este investimento. É então que entra em cena

Calouste Gulbenkian, um financeiro de origem arménia e nacionalidade otomana que, graças à sua mestria, se dá a conhecer aos patrões da Shell, Nobel e Rothschild. Em 1911, cria a Turkish Petroleum Company (TPC), cujos acionistas são o Deutsche Bank (25%), a Royal Dutch Shell (25%) e a Anglo-Persian Oil Company (50%). Churchill atingiu o seu objetivo: ganhar o controlo do petróleo iraquiano minimizando o papel dos alemães e da Shell.

Os Estados Unidos e a Standard Oil são os grandes perdedores nesta engenharia financeira, apesar de todos os esforços desenvolvidos para se incluírem nesta sociedade. Quanto a Gulbenkian, ele será lembrado como o “Senhor 5%,” pois esta é a percentagem de benefícios que lhe concederam os britânicos, o que lhe permitirá tornar-se um dos homens mais ricos do mundo e estabelecer fundações e museus que ostentam o seu nome, como, por exemplo, em Lisboa.

A FRANÇA ASFIXIADA

A guerra de 1914-1918 demonstra toda a clarividência do almirante Fisher e a sabedoria de Churchill por ter seguido os seus conselhos sensatos sobre a importância dos combustíveis líquidos. A Anglo-Persian Oil Company irá fornecer aos britânicos a energia moderna que necessitam para o seu esforço de guerra. Os alemães, que também precisam de energia, apropriam-se da Roménia e dos seus campos de Ploiesti. Naquela época, a Roménia garantia uma parte importante da produção petrolífera. Entre 1911 e 1920 o país ocupava o segundo lugar na Europa (depois da Rússia) e o quinto a nível mundial (atrás dos Estados Unidos, México e das Índias Orientais Holandesas)⁹. A sua

⁹Corneliu Iacu y Ionel Muntele, Géohistoire du pétrole roumain, Universidad Al.I.Cuza Iasi – Rumania, 2007.

entrada em guerra em 1916 insta a Alemanha a ganhar o controlo dos recursos petrolíferos romenos. Apesar da sabotagem das capacidades petrolíferas pretendidas pelos Aliados e graças a investimentos realizados nas zonas mais rentáveis, os alemães produzem na Romênia mais petróleo em 1918 do que em 1917.

Por outro lado a França, que não entendeu o papel estratégico do petróleo, está numa posição insustentável. Tal como o seu exército, que não estava preparado para uma guerra de movimento, faltou-lhe lucidez ao negligenciar o armazenamento de combustível líquido. Os suprimentos de gasolina e outros equipamentos automóveis do exército francês pagavam-se, em 1914, ao abrigo do capítulo 53, intitulado “alimentação dos homens e dos cavalos¹⁰.” Além disso, já não era possível obter suprimentos como anteriormente na Romênia ou no Império Otomano, e o fornecedor americano habitual, Standard Oil Company de Nova Jersey, não queria que a marinha alemã afundasse os seus navios. Em 1917, em pleno conflito mundial, a consciencialização é dolorosa:

A questão do petróleo e da gasolina não se pode limitar a uma simples questão de interesses privados. Torna-se cada vez mais uma questão de unidade nacional. Expande-se, inclusive, cada vez mais, até se transformar numa questão de política internacional.

...declara o senador Henri Berenger, a quem o primeiro-ministro, Georges Clemenceau, confiou a missão de refletir sobre as possibilidades de armazenamento autónomo de petróleo. A fim de não correr o risco de falta de combustível, com as consequências dramáticas que podemos imaginar, Clemenceau lança um apelo ao presidente americano

¹⁰Roberto Nayberg, *Qu'est-ce qu'un produit stratégique ? L'exemple du pétrole en France 1914-1918*, Paris, Institut de Stratégie Comparée (ISC), 2005.

Woodrow Wilson:

[...] qualquer falta de gasolina causaria a paralisia repentina de nossos exércitos e poderia empurrar-nos para uma paz inaceitável para a aliados. Se os Aliados não querem perder a guerra, é necessário que a França combatente, no momento do confronto germânico final, tenha a gasolina tão necessária como o sangue nas batalhas de amanhã¹¹.

Wilson intervém pessoalmente junto do *Shipping Board*, um organismo criado em 1916 para regular o comércio marítimo em tempos de guerra, que fornecerá combustível para França.

A realidade, mesmo que doa, é que, nestas circunstâncias, a guerra revela às elites francesas a importância do carácter estratégico dos produtos petrolíferos. Um pouco tarde, mas não tarde demais, à maneira de Churchill, graças a esta tomada de consciência e à iniciativa de Raymond Poincaré, presidente do Conselho na Terceira República, cria-se a Companhia Francesa de Petróleo, em 1920, a fim de “desenvolver a produção de petróleo sob controlo francês nas diferentes regiões produtoras.” O Estado francês contribuiu com as ações do Deutsche Bank no Médio Oriente, recuperadas como indemnização de danos da guerra de 1914-1918, dispondo assim de um direito de controlo na gestão da empresa “nacional”. A CFP dará origem à Total.

OS ACORDOS SYKES-PICOT

Mas voltemos à guerra de 1914-1918 ou, mais precisamente, às reuniões diplomáticas que iriam preparar o pós-guerra. O desmembramento do Império Otomano decide-se

¹¹Francis Delaisi, *Le Pétrole*, Paris, Payot, 1921, p. 143-144.

em maio de 1916 através do acordo secreto Sykes-Picot, em homenagem aos negociadores britânico e francês, ratificado pela conferência de San Remo, em abril de 1920. Os britânicos, que conheciam o Médio Oriente melhor do que ninguém, recebem um território que se estende desde a Palestina até Kirkuj (noroeste Iraque). A França obtém o Líbano, a Síria e o valiato¹² de Mossul (Curdistão iraquiano) e encaixa, também, os 25% que possuía o Deutsche Bank na Turkish Petroleum Company, em 1914. Mais tarde, Paris renuncia ao valiato de Mossul em troca da entrada da CFP na Turkish Petroleum Company, que voltará a pertencer a Bagdad por decisão da SDN.

De notar que é Winston Churchill que, no final, não aceita a criação de um Estado curdo, que no entanto estava previsto no acordo secreto Sykes-Picot. A situação no Médio Oriente seria muito mais simples hoje em dia... A atualidade trar-nos-á novamente a este tema, mais à frente.

¹²Divisão administrativa que existe em vários países do Medio Oriente e, em particular, na Turquia.

VERSALHES, NEM PAZ NEM SEGURANÇA
--

A ALEMANHA PUNIDA PELA ENERGIA

A Grande Guerra termina com, respetivamente, 9,7 e 8,9 milhões de mortes militares e civis. Perante esta catástrofe, o Tratado de Versalhes visa, em 1919, acima de tudo, desmilitarizar a Alemanha para que um massacre semelhante não se volte a repetir. Os aliados e os Estados Unidos, determinados a reduzir a capacidade militar da Alemanha, atuam. O Reino Unido, potência marítima, deseja apropriar-se da frota alemã mas, em junho de 1919, antes da assinatura do Tratado de Versailles, esta afunda-se: 52 navios de guerra alemães naufragam na baía de Scapa Flow, no norte da Escócia, para evitar cair em mãos dos Aliados. Lloyd George impõe uma resolução que limita os efetivos do exército alemão a 96.000 soldados e 4.000 oficiais, suprime a escola militar e proíbe a artilharia pesada,

carros e aviões, com exceção de 288 canhões. Para garantir que a Alemanha não se rearmará, é proibida a produção de material de guerra. E para melhor controlar esta proibição, a produção de aço e de carvão são limitadas... uma vez que o ponto de partida de toda a indústria é a energia.

As sanções económicas do tratado impunham indiretamente à Alemanha, através de fornecimentos obrigatórios de carvão à França, Bélgica, Itália e Luxemburgo, passar de um consumo interno anual, anterior à guerra, de 139 milhões de toneladas de carvão para 78 milhões de toneladas e fornecer 60 milhões de toneladas aos países vizinhos. A Alemanha devia entregar, anualmente, à França uma quantidade de carvão igual à produção anual das minas do Nord e de Pas-de-Calais, destruídas durante a guerra. O artigo 45 estabelece que:

[...] em compensação pela destruição das minas de carvão no norte de França, e como forma de compensação por danos de guerra devida pela Alemanha, esta cede à França a propriedade única e absoluta, clara e livre de todas as dívidas ou encargos, com direito exclusivo de exploração, das minas de carvão situadas na bacia do Sarre.

Se a administração do Sarre é confiada à Sociedade das Nações pelo período de quinze anos, a gestão das suas minas é transferido para a França de forma absoluta, porque a França queria este carvão para o utilizar na indústria do aço de Lorraine, onde havia minas de ferro.

Não é apenas uma questão de carvão, a principal fonte de energia da época, mas também de benzeno, o equivalente ao petróleo de hoje, para a indústria química de então. O

anexo 5 do Tratado estabelece que:

[...] A Alemanha compromete-se a entregar a França, e a transportar para a fronteira francesa, por via-férrea ou por água, os seguintes produtos, durante cada um dos três anos seguintes à entrada em vigor do presente tratado: benzeno: 35.000 toneladas, alcatrão de hulha: 50.000 toneladas [...] A totalidade ou parte do alcatrão de carvão pode ser substituído, por opção do governo francês, por quantidades equivalentes de produtos de destilação, tais como óleos ligeiros ou óleos pesados.

Já se entrou na corrida pelos combustíveis líquidos.

KEYNES REJEITA O TRATADO DE VERSALHES

Estas sanções previstas pelo Tratado de Versalhes são consideradas excessivas pelos Estados Unidos. Apesar da insistência do presidente Woodrow Wilson, não será ratificado pelo Congresso porque os republicanos, assim como uma parte significativa do partido do presidente, o consideram demasiado severo para os vencidos. John Maynard Keynes, tão popular no mundo económico de hoje, também foi contra. Escreve, em 1919, um livro intitulado *As consequências económicas da paz*¹³. Sendo um dos representantes oficiais na conferência de Paris, renuncia quando se torna evidente que não pode esperar que se introduzam mudanças reais no texto do tratado, que qualifica como desastroso. Também ataca o seu próprio país: “não imputemos a França toda a responsabilidade do tratado desastroso. Todos os países envolvidos na negociação têm a sua quota. Inglaterra, podemos dizê-lo, não tardou em satisfazer os seus interesses egoístas e

¹³Tradução francesa por Paul Frank, Paris, Éditions de la Nouvelle Revue française, 1920. Disponível em : Les classiques de la science sociale, Cégep de Chicoutimi, http://classiques.uqac.ca/classiques/keynes_john_maynard/consequences_paix_1/keynes_consequences_paix.pdf

é, sobretudo, ela que deve ser censurada pela forma do capítulo das Reparações”. Como bom economista, Keynes não se conforma com opiniões, demonstra a sua tese com cálculos precisos e detalhados.

Keynes não se equivoca na sua declaração. Na verdade, este tratado vai acabar por estrangular economicamente a Alemanha, com as terríveis consequências que conhecemos. Como já dissemos, a Alemanha perdeu, no ato, o seu lugar no Médio Oriente e, desde então, não voltará a ser um país a ter em conta no domínio do petróleo. A primeira potência da União Europeia não possui qualquer gigante do petróleo quando até mesmo a Espanha tem, através da Repsol, um gigante do petróleo de nível mundial. Devemos procurar aqui o motor mais importante do seu interesse pelas energias renováveis? Se a Alemanha se tornar um gigante em matéria de energias renováveis, poderá compensar a sua debilidade petrolífera?

A grande lição da História - no contexto do Tratado de Versalhes - é a necessidade de encontrar estratégias “ganha-ganha”. Humilhar o adversário, por uma escolha “ganha-perde”, termina sempre numa vingança. Aquela estratégia está na origem da força de um chefe de Estado como Abraham Lincoln que, uma vez eleito, incluiu na sua equipa os seus adversários na corrida para a presidência. Não se fez assim em Versalhes, quis-se punir a Alemanha, semeou-se a escassez energética e recolheu-se a Segunda Guerra Mundial.

Olhemos em seguida e por um momento, para o livro que John Maynard Keynes dedicou a este tema:

As disposições relativas ao carvão e ao ferro são mais importantes pelo seu efeito final sobre a economia industrial doméstica da Alemanha do que pelo valor monetário que representam de imediato. O Império Alemão foi derrotado de uma forma mais eficaz com o carvão e o ferro, do que com sangue e ferro. A exploração hábil das grandes bacias de carvão do Rur, da Alta Silésia e do Sarre tornou possível o desenvolvimento de empresas metalúrgicas, químicas e elétricas que tornaram a Alemanha na primeira nação industrial da Europa continental. Um terço da população alemã vive em cidades com mais de 20.000 habitantes. A indústria está concentrada a um ponto tal que só possível com base no carvão e no ferro. É por isso que, impressionados pelos recursos da hulha, os políticos franceses não erraram o alvo. Apenas a natureza excessiva do tratado e a impossibilidade técnica de satisfazer as suas exigências podem salvar, a longo prazo, a situação.

Felizmente que Robert Schuman, que encontraremos um pouco mais à frente, ao inverter a lógica da sanção energética de Versailles rompeu o círculo infernal e compreendeu que a abundância é fonte de paz.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

PEARL HARBOUR

Na manhã de 7 de dezembro de 1941 o Japão lança um ataque de surpresa sobre Pearl Harbor, a base naval dos Estados Unidos mais avançada no Oceano Pacífico. Depois de dois ataques sucessivos, as forças armadas dos Estados Unidos sofrem baixas pesadas em aviões e navios; as perdas humanas são estimadas em 2.335 marinheiros e soldados. À época tal foi acolhido com a mesma indignação que o ataque de 11 de setembro de 2001 contra as torres do World Trade Center, em Nova Iorque, e ao Pentágono. Os Estados Unidos não poderiam aceitar uma agressão destas, em casa e, por isso, entram em guerra contra o Japão.

Mas qual é, então, a razão para este ataque japonês em solo americano? É o petróleo. Embora aconteça longe dos Estados

Unidos a expansão do Japão na Ásia, em concreto, a invasão do sul da Indochina, torna-se a tal ponto preocupante que o presidente Franklin Delano Roosevelt decreta, a 25 de julho de 1941, um embargo sobre o petróleo e outras matérias-primas. Tal como o nosso corpo morre privado de sangue, o Japão morre sem petróleo. O império, que conhece então um forte crescimento tecnológico, encontra-se sem recursos, já que a geologia não beneficiou a ilha do sol nascente. Em 1941, tal como em 2014, o Japão é energeticamente depende do exterior e, em particular, do petróleo. Possuía algumas minas de carvão que permitiam produzir eletricidade, mas o transporte dependia, como hoje, dos produtos petrolíferos. Em vão, os japoneses tentaram convencer os Estados Unidos a levantar o embargo. Em novembro de 1941 fazem uma última proposta formal de compromisso solicitando a cessação do embargo do petróleo, mas o secretário de Estado Cordell Hull¹⁴ rejeita-a.

Após o ataque surpresa o reforço do embargo do petróleo forçou o Japão a abastecer-se pela força conquistando o sudeste da Ásia, em particular a Indonésia. Alguns são de opinião que o presidente Roosevelt e o seu secretário de Estado Cordell Hull não fizeram nada para alcançar um acordo e que se tratou, inclusive, de uma operação para minar a oposição neutralista americana¹⁵. A escalada é tal que só terminará com as bombas atómicas de Hiroshima e Nagasaki.

A CAMPANHA DE ÁFRICA

O pacto Ribbentrop-Molotov (que deve o seu nome aos dois ministros dos Negócios Estrangeiros que o assinaram, em 1939) incluiu um acordo económico que previa a troca de

¹⁴Hull possui o recorde de longevidade como secretário de Estado dos Estados Unidos. Recebeu o Prémio Nobel da Paz pelo seu envolvimento na criação das Nações Unidas.

¹⁵Michel Vié, "Pearl Harbor: la responsabilité américaine", em L'Histoire, 01/12/2001, nº 260, p. 16.

bens manufaturados e um pacto de não-agressão entre os dois países. Graças à primeira parte deste acordo germano-soviético, o regime nazi garante o fornecimento de petróleo para fazer as suas primeiras conquistas territoriais. Mas após a rutura, sem petróleo, Hitler encontrar-se-á como a França de 1917: em sangria. Necesita imperiosamente do ouro negro para uma guerra de movimento. Em 14 de fevereiro de 1941, Rommel desembarcou em Trípoli com o objetivo de se apoderar das riquezas petrolíferas do país árabe-muçulmano ou, pelo menos, de uma parte. A campanha termina com um fracasso. Em outubro de 1942, o general britânico Montgomery lança uma contraofensiva aliada no Norte de África: termina com a vitória de El Alamein, no Egito, e o Afrika Korps de Rommel teve de recuar sem ser capaz de se apoderar do petróleo do Oriente Médio. Não haverá petróleo árabe para os nazis.

A BATALHA DE ESTALINEGRADO

Isto não é um impedimento, porque eles acham que podem ir buscar o ouro negro a Bakú, no mar Cáspio, onde, no século XII, Marco Polo evocava escorrências de petróleo. Desde 1872, dois irmãos de Alfred Nobel extraíam petróleo nesta área, ainda hoje explorada. Mas o problema do petróleo do Mar Cáspio, ainda hoje, é o seu transporte. Os Nobel, em colaboração com os banqueiros franceses Rothschild, conseguem fazer sair o petróleo deste enclave através de uma conduta, que o leva de Bakú para Batumi, no Mar Negro, e depois é transportado por barco até Trieste, a partir de onde fornecem a Europa.

Mas durante a guerra este percurso não está operacional, de modo que é necessário descer a Baku para gerir o

transporte. Em vez de atacar Moscovo, como qualquer estratégia de guerra que dispusesse da energia necessária teria feito, o Führer ordenou ao exército de von Paulus que se dirigisse para Bakú. Primeiro o petróleo, Moscovo virá mais tarde, pensa ele. Mas ignora a determinação dos oficiais e soldados russos que pararam esta corrida ao fornecimento de petróleo, na cidade de Estalinegrado, durante o inverno 1942-1943. A batalha de Estalinegrado¹⁶ (hoje Volgogrado) foi uma das batalhas mais mortíferas da História, uma vez que causou um milhão de mortes. Foi, definitivamente, uma batalha pelo petróleo.

O carvão continuou a desempenhar um papel crucial apesar do petróleo se ter tornado indispensável para assegurar o movimento das tropas. O resto da economia funcionava com carvão. Winston Churchill estava grato aos carvoeiros e à indústria do carvão, porque ele sabia que sem carvão abundante teria sido impossível fazer funcionar a economia de guerra. Os mineiros precisavam de ser incentivados, pois consideravam que o seu papel não era importante no terrível conflito. Na verdade, alguns ofereciam-se como voluntários para lutar na frente. Churchill quis encontrar-se com eles e disse estas emotivas palavras com essa intenção em 31 de outubro de 1942, durante uma conferência de mineiros e proprietários de minas em Westminster¹⁷:

Não falharemos, um dia, quando as crianças perguntarem: “O que fez para conseguir este património e para tornar o nosso nome tão respeitado entre os homens? Um dirá: “Eu era um piloto de caças”; outro dirá: “Eu estava num submarino”; outro: “Eu marchei com o oitavo exército”; um quarto dirá: “Nenhum de vós poderia ter vivido sem

¹⁶Como anedota, nasci numa rua que tem o nome desta batalha, numa cidade popular de Charleroi (Roux) construída em 1950 e chamada “Cidade da Paz”, mas onde as ruas têm, todas, nomes de batalhas da Segunda Guerra Mundial.

¹⁷Winston S. Churchill, *The End of the Beginning*, Estate of Winston S. Churchill, 1943. Edição eletrónica publicada em 2013 por RosettaBooks, LLC, New York.

os comboios de navios mercantes”; e vocês, por sua vez, dirão, com o mesmo orgulho e o mesmo direito: “Nós extraímos carvão”

Com tal poder de expressão, não é surpreendente que lhe dessem o Prémio Nobel da Literatura, em 1953 “pelo seu domínio da descrição histórica e biográfica, bem como pelos seus brilhantes discursos em defesa dos valores humanos”.

O PETRÓLEO DE CARVÃO

Com o objetivo de dispor de combustível para continuar a guerra, o Terceiro Reich vai decidir produzir combustível sintético a partir do carvão, através de um processo de liquefação. Num esforço de inovação tecnológica, as empresas alemãs construíram fábricas de produtos químicos que forneceram o combustível necessário para o resto da guerra. Claro, estas instalações químicas foram os primeiros alvos dos bombardeamentos, para acabar com esta produção. O autor, enquanto investigador nesta área, teve a oportunidade de ver no final da década de 70, os reatores desmantelados que tinham restado na fábrica de Rheinbraun, uma subsidiária da empresa RWE. Nos últimos anos, esta antiga técnica de liquefação de carvão foi rebatizada como CTL - Coal to Liquids (carvão para líquidos). A produção de combustível sintético pode ser feita por liquefação direta do carvão, (uma vez que os hidrocarbonetos líquidos se produzem diretamente a partir do carbono sólido), por extração num solvente e reação química com hidrogénio. Também se pode fazer de forma indireta, transformando primeiro o carvão numa mistura gasosa de CO e H₂, chamado gás de síntese; este gás é então convertido

em hidrocarbonetos líquidos pela reação de Fischer-Tropsch, que recebeu o seu nome dos químicos Franz Fischer (alemão) e Hans Tropsch (checo), que desenvolveram o processo quando trabalhavam para o Kaiser Wilhelm Institut. No início de 1944, aproximadamente 124.000 barris por dia de combustível produzido a partir de carvão permitiram ao regime nazi sobreviver. Tal representava mais de 90% das suas necessidades em combustível para a aviação e mais de 50% da necessidade total de combustíveis líquidos do país. Esta produção provinha de 18 instalações de liquefação direta e de 9 de liquefação indireta. Sujeito ao mesmo embargo, em 1944, o Japão produzia 114.000 toneladas de combustível a partir do carvão.

Depois da guerra, a Espanha franquista utilizou, também, a liquefação de carvão em Puertollano (perto de Sevilha). A técnica foi aperfeiçoada e utilizada pela South African Synthetic Oil (Sasol) durante o embargo decretado contra a África do Sul por causa de sua política de apartheid. Uma vez que as instalações existem e o carvão é barato, um terço do combustível automóvel usado na África do Sul, ainda hoje, é produzido pela Sasol. A prova de que esta realidade económica é muito forte é que esta empresa foi a patrocinadora da equipa sul-africana de rugby que venceu a Taça do Mundo em França, em 2007.

O ACORDO DO QUINCY

A recente crise ucraniana colocou a Crimeia em primeiro plano. Antes disto, esta península, que literalmente mergulha no Mar Negro, foi essencialmente conhecida pelo acordo de Yalta: entre 4 e 11 de fevereiro de 1945, o presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt, o primeiro-ministro

britânico, Winston Churchill e secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Joseph Stalin, reuniram-se para decidir o que iria acontecer como resultado da queda iminente do regime nazi.

Algumas semanas antes desta reunião, o presidente Roosevelt tinha lido atentamente o relatório que James M. Landis, economista-chefe para o Médio Oriente, tinha preparado para o informar da importância que tinha o petróleo do Oriente Médio. Este relatório preconizava o desmembramento da “zona sterling” e o estabelecimento de relações diretas entre Washington e os países árabes. Compreendendo as graves consequências que isso podia ter, o presidente Roosevelt pediu ao cônsul americano em Djedda, aproveitando a sua viagem a Yalta, que lhe organizasse uma reunião com o novo rei da Arábia Saudita. A conferência de Yalta terminou a 11 de fevereiro e no dia seguinte, no seu regresso a Washington, o presidente fez uma paragem no Egipto. Embarca a bordo do Quincy, um cruzador entre Port-Saïd e a foz do Canal de Suez, no Grande Lago Amer. A 13 de fevereiro Roosevelt encontra-se aí com Farouk I, rei do Egipto, e Haile Sélassié, imperador da Etiópia. No dia 14, o presidente recebe Abdelaziz ben Abderrahmane Fayçal Al Saoud, rei da Arábia Saudita, com todas as honras devidas a um importante chefe de Estado. Al Saoud (ou Séoud) é o fundador da Arábia atual, o pai de todos os reis sauditas que lhe sucederam, incluindo Abdallah ben Abdelaziz Al Saoud, o atual rei, que é o último de seus filhos.

“Muito prazer em conhecê-lo. O que posso fazer por si? “,- disse-lhe o presidente. O rei, mais astuto do que o presidente dos Estados Unidos teria pensado, respondeu, “mas foi o

senhor que pediu para me ver, suponho que é o senhor que tem algo para me pedir...". Na verdade, os americanos têm coisas a pedir.

Roosevelt começa por abordar a questão judaica e propôs ao rei o regresso dos judeus à Palestina mas, apesar de sua insistência, o seu pedido não foi satisfeito. O rei saudita sugere ceder a Alemanha aos judeus, já que foram os nazis quem os prejudicou, não os árabes. Roosevelt, de seguida, aborda o principal objetivo desta reunião, o petróleo. Solicita para os Estados Unidos, o monopólio da exploração de todas as jazidas descobertas na Arábia Saudita. Ibn Séoud tinha-se preparado bem e negociava duramente todos os pontos do que viria a ser o pacto do Quincy.

Como vimos, o domínio britânico sobre o petróleo no Médio Oriente era, até então, total. Estando em Yalta Churchill sabe que Roosevelt se reunirá com o rei saudita e pede que também lhe organizem uma reunião. Mas a entrevista não tem êxito e os britânicos não obtêm nada. Churchill incomoda Fayçal Al Saoud com o fumo do seu charuto e comete a asneira de lhe oferecer um Rolls-Royce com volante à direita, o que o obrigaria a sentar-se à esquerda, uma ofensa para um rei. O curso do mundo, por vezes, depende de detalhes relacionados com o comportamento das pessoas, mesmo que muito solícitos.

O acordo do Quincy será formalizado num memorando conjunto. Optando por uma política de preços moderados, o reino garante aos Estados Unidos uma parte essencial do fornecimento de energia. Em troca, garantem-lhe uma proteção incondicional contra qualquer ameaça externa. Além disso, a estabilidade da Península Arábica faz parte

dos interesses vitais dos Estados Unidos, que reconhecem de facto que a Arábia de Ibn Seoud é a potência dominante da península arábica, garantem a estabilidade da península e, em maior escala, do conjunto da região do Golfo, sob a forma de apoio jurídico e militar nas questões que enfrentem os Séoud com os outros emiratos da península. Esta assistência mantém-se atualmente, mesmo que as convenções se tenham modificado. O acordo prevê igualmente uma parceria económica, comercial e financeira quase exclusiva entre os sauditas e os Estados Unidos. Em 1948 os Estados Unidos da América convertem-se em importadores líquidos de petróleo. A partir deste momento, a atenção da indústria petrolífera centra-se na cena internacional, e inclui numerosas pequenas empresas independentes.

PAZ E
RECONCILIAÇÃO
GRAÇAS À ENERGIA

As lições do Tratado de Versalhes são óbvias. Quis-se humilhar o derrotado e obteve-se uma nova guerra. A estratégia vencedor-vencido deu um fruto ainda mais amargo. O que fazer no final da segunda tragédia europeia? Será que vamos dizer “voltamos a fazer como em 14”?

A PAZ SUIÇA

Em julho de 1946, em Caux, no Lago de Genebra na Suíça, um movimento internacional chamado “Rearmamento moral” foi criado por um grupo de cristãos, com o objetivo de redesenhar um novo mundo do pós-guerra. O pastor luterano americano Frank Buchman dirigiu este grupo, também chamado “Iniciativas e mudança”. Reuniam-se num palácio que, originalmente, albergou um hotel e que se converteu, graças a um grupo de filantropos suíços, num centro internacional

de reuniões, um lugar onde os europeus, dilacerados pelo ódio, sofrimento e ressentimentos, pudessem encontrar-se e conversar. Iremos abordar como se chegou à paz graças à energia, mas primeiro destaquesmos que este centro para a reconciliação das nações, este espaço de diálogo, ainda existe¹⁸ e continua a cumprir a sua vocação, já que nele se tratou da paz no Camboja, na Somália, na Rodésia, na região dos grandes lagos africanos ou, inclusive, conflitos linguísticos como o do Alto Adigio, assim como muitas outras situações que precisam que os adversários possam falar em confiança. Voltemos a 1946. O pastor Buchman quer reunir as forças positivas de todos os países para fazer frente à corrida ao armamento. Uma vez que muitas delegações de diferentes nações se encontravam ali com a sua bandeira para preparar o mundo do pós-guerra, Frank Buchman teve a coragem de dizer a 14 de julho de 1946, para surpresa de todos os presentes: “Onde estão os alemães? Nós não podemos reconstruir a Europa sem a Alemanha”. No verão seguinte, os alemães foram convidados e compareceram. Buchman também tinha convidado Irène Laure, um membro da Resistência Francesa, cujo marido e filhos haviam sido mortos pelos nazis. Quando ela se apercebeu da presença dos alemães, quis sair, mas Buchman propôs-lhe encontrar-se com uma viúva alemã cujo marido, amigo de Dietrich Bonhoeffer, também havia sido assassinado pelos nazis. No dia seguinte, Irène Laure declara à assembleia reunida em Caux:

Detestava tanto a Alemanha que a queria ver riscada do mapa da Europa, mas vi aqui que o meu ódio não era justo. Quero pedir a todos os alemães presentes que me perdoem¹⁹.

¹⁸<http://www.iofc.org/es/conferences/caux>

¹⁹Douglas Johnston y Cynthia Sampson, *Religion, the Missing Dimension of Statecraft*, Oxford, Oxford University Press, 1994.

Em 1948, 450 alemães dirigiram-se a Caux, incluindo ministros-presidentes de quase todos os Länder, responsáveis de universidades, indústria e líderes sindicais. Entre eles encontrava-se também o Dr. Konrad Adenauer, futuro chanceler. Isto teve um efeito tangível mesmo sobre o sindicato marxista do Ruhr, cujos membros compreenderam a importância da mensagem cristã de reconciliação, uma atitude que vai para além da paz. Ora mesmo podendo estar em paz ignorando-nos, a reconciliação implica a colaboração entre aqueles que antes eram inimigos. A transformação moral é tão evidente e sentida que, nesse mesmo ano, Robert Schuman, o primeiro-ministro francês está disposto a reunir-se com Frank Buchman. Este homem tinha uma relação tão boa com Schuman e Adenauer que favoreceu uma mudança de atitude entre eles, fazendo-os passar da suspeita à confiança mútua. É, portanto, desde Caux, no cantão de Vaud, e por iniciativa de um “homem de boa vontade”, que surge a reconciliação franco-alemã, de que ainda hoje beneficiamos. É a partir daí que surge o fundamento da famosa declaração de Robert Schuman, de 9 de maio de 1950.

Naquele dia, o seguinte ao quinto aniversário da assinatura do armistício, o governo francês apresentou um plano ousado - apoiado por Adenauer - com a finalidade de integrar as indústrias do carvão e do aço da França, da Alemanha e dos países europeus que desejassem aderir. Se para fazer uma guerra de movimento era necessário carvão e aço, Schuman compreende que não se pode asfixiar a Alemanha como em 1919 mas, pelo contrário, unir pôr em comum estas indústrias. Se as indústrias do carvão e do aço forem comuns, será materialmente impossível fazer uma guerra. É uma estratégia “ganha-ganha” que Schuman anunciou na sua famosa declaração:

A paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços criadores equiparáveis aos perigos que a ameaçam [...]. A Europa não se fará de uma só vez nem como um todo: será construída através de ações concretas, que criem, em primeiro lugar, uma solidariedade de facto. O grupo das nações europeias exige que a oposição secular entre a França e a Alemanha seja superada, pelo que as medidas tomadas devem afetar primeiro a França e a Alemanha. [...] A solidariedade de produção assim alcançada deixa claro que, qualquer guerra entre a França e a Alemanha, se torna não só impensável como também materialmente impossível. A criação desta poderosa unidade de produção aberta a todos os países que nela desejem participar, proporcionando fornecer a todos os países que ela reuna os elementos fundamentais da produção industrial nas mesmas condições e lançará os fundamentos reais da sua unificação económica²⁰.

Algumas semanas mais tarde Schuman - católico fervoroso - outorga ao pastor protestante Buchman a condecoração de Cavaleiro da Ordem da Legião de Honra, pela sua "contribuição para uma melhor compreensão entre França e Alemanha".

PAZ E RECONCILIAÇÃO GRAÇAS À CECA

Tudo se vai desenrolar muito rapidamente, uma vez que o tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) é assinado em Paris, em 18 de abril de 1951, por aqueles que tinham sido seis anos antes os principais adversários: França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. O preâmbulo condensa a profundidade da dor, de ambos os lados, e a determinação para mudar

²⁰Declaração Schuman de 9 de maio de 1950; https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_es

radicalmente as relações entre os antigos beligerantes:

Determinados a substituir as rivalidades seculares por uma fusão dos seus interesses essenciais, a fundar através da criação de uma comunidade económica os primeiros alicerces de uma comunidade mais ampla e mais profunda entre povos há muito divididos por conflitos sangrentos e a lançar as bases de instituições capazes de orientar um destino doravante compartilhado.

A CECA tem como missão contribuir, através do estabelecimento de um mercado comum, para a expansão económica, o desenvolvimento do emprego e a melhoria das condições de vida nos Estados-membros. Ela visa o nível de produtividade o mais elevado, salvaguardando a perenidade do emprego e evitando provocar, nas economias dos Estados-membro, perturbações profundas e persistentes. Paris não está longe de Versailles mas, no entanto, o tratado de Paris está a anos-luz do espírito que prevaleceu no de Versalhes. Na base da criação da CECA - e, por conseguinte, na base da União Europeia de hoje - houve uma estranha relação entre valores morais, espirituais e energia. É a tese que eu quero defender neste livro. Precisamos deste estranho triângulo para chegar à paz e reconciliação.

Esta evocação da nossa História recente mostra que uma minoria, convencida da força que emana do respeito dos outros, incluído dos seus antigos inimigos, do perdão e da reconciliação, pode exercer uma influência descomunal sobre o curso dos acontecimentos históricos. Mudar um país, mudar a economia, mudar a política energética, começa pela mudança de homens e mulheres que se regem por valores seguros.

A PAZ ENERGÉTICA DURANTE OS GLORIOSOS 30
--

CRESCIMENTO PLENO

No final da II Guerra Mundial, o mundo da energia passa por um período de estabilidade. O petróleo é não só abundante, mas também mais barato, entre um e dois dólares por barril. Os países ocidentais aproveitam este período de acalmia para se desenvolver, construir grandes infraestruturas ferroviárias, portuárias, aeroportuárias e autoestradas. A abundância e o baixo preço do “sangue da economia” provocam o seu desenvolvimento em alta velocidade. O crescimento e a consequente criação de emprego são evidentes. Os trabalhadores mudam de emprego porque lhes oferecem mais alguns cêntimos por hora em outros lugares. Trazemos os italianos - incluindo o meu pai - para trabalhar no carvão. O carro torna-se um bem de consumo regular. Cada vez mais casas se equipam com casa de banho

e as máquinas de lavar roupa, primeiro de madeira e em seguida de metal, generalizam-se, permitindo às mulheres libertarem-se dessa tarefa. Entramos na civilização do lazer graças a uma energia que está disponível quando se quer. Alguns sobreaquecem a sua casa porque custa três vezes nada, enquanto anteriormente a estufa de carvão aquecia apenas um compartimento e o resto da casa permanecia gelada. Tudo corre bem graças à energia abundante e barata. Os “golden sixties” ou os “gloriosos trinta” foram momentos excepcionais, quando as condições de vida melhoraram radicalmente e podíamos finalmente desfrutar de paz, do lazer e das férias. O estado social pôde desenvolver-se porque o emprego era abundante e se enchem as caixas de segurança social.

A ENERGIA NUCLEAR E A REVITALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA

Tínhamos começado bem com a CECA, mas o fracasso da criação de uma Comunidade Europeia de defesa deixou um gosto amargo nos homens de boa vontade, que desejavam reforçar a paz e a reconciliação. Paul-Henri Spaak, ministro belga dos Negócios Estrangeiros, prepara o terreno; Jan Willem Beyen, o seu homólogo holandês, propõe uma reunião de estudo; e Gaetano Martino, o italiano, sugeriu realizar a conferência na cidade de Messina (e em parte na magnífica villa greco-romana próxima de Taormina), de 1 a 3 de junho de 1955. Paul-Henri Spaak deixar-nos-á a sua impressão:

As nossas discussões foram longas e sérias. No último dia foi necessário trabalhar toda a noite para chegar a um acordo sobre o comunicado final [...] O sol espreitava por cima do Etna quando nos retiramos, cansados mas felizes. Tinham-se tomado decisões importantes.

A resolução de Messina é o sinal do renascimento europeu:

Os governos acreditam que chegou o momento de concretizar uma nova etapa na vida da construção europeia. Acreditam que ela se realizará, primeiro, na esfera económica. Consideram que se deve continuar com o estabelecimento de uma Europa unida pelo desenvolvimento de instituições comuns, a fusão progressiva das economias nacionais, a criação de um mercado comum e a harmonização progressiva das suas políticas sociais.

A conferência origina a criação do Comité Spaak, encarregue de preparar um tratado para o mercado comum e outro para o tema que nos ocupa. A resolução de Messina menciona, com efeito, que “a disponibilização, para as economias europeias, de energia mais abundante e a um melhor preço” é essencial para garantir o futuro da Comunidade. Para além da política do carvão, já integrada pelo tratado da CEEA e dado que a geologia da Comunidade não se pode decretar, os negociadores rendem-se à evidência: com o conhecimento da época, não é o petróleo e muito menos o gás, o que pode garantir essa energia abundante e a melhor preço. Há que considerar a energia moderna, a energia atómica como se designava naquela altura. Na verdade, os seis ministros de negócios estrangeiros consideram que o desenvolvimento da energia atómica para fins civis é indispensável para criar uma nova revolução industrial que permitirá o fortalecimento da Comunidade. Já que a Europa se pacificou graças à energia e ao aço, há que continuar por essa via. Irão solicitar que se estude a criação de uma instituição comunitária que terá como objetivo o desenvolvimento civil da energia nuclear. Assinado em Roma em 1957, ao mesmo tempo que o tratado de mercado comum, o tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA ou Euratom) devia permitir

à Europa desenvolver as suas capacidades e dotar-se dos meios necessários para explorar a energia nuclear para uso civil com o fim de garantir o fornecimento de energia, à data já preocupante. Torna-se claro que os pais fundadores da UE tinham uma visão de longo prazo. Este tratado foi tão bem concebido que desde a sua adoção não houve necessidade de lhe introduzir qualquer modificação na sequência de vários alargamentos da UE, o que não ocorreu com o Tratado de Roma. Tudo foi planeado de forma a garantir um desenvolvimento harmonioso e transparente e um rigoroso controlo de não-proliferação de resíduos de material fóssil. Veremos no próximo capítulo quão útil foi, nos anos 70, esta decisão tomada dez anos após o fim da guerra.

A CALMA PETROLÍFERA

Durante trinta gloriosos anos testem unhamos uma importante mutação energética que substituiu o carvão pelo petróleo. Enquanto em 1945 era responsável por 80% das necessidades energéticas da Europa dos Seis, a energia da CECA passou, em 1960, a representar apenas 65%, e cerca de 30% no início dos anos 70. No entanto, apesar de um crescimento linear da procura, o preço do petróleo permaneceu estável. Em 1965, o mundo consumia 30,5 milhões de barris por dia, 7,5 deles na UE (representando quase um quarto do consumo mundial), e o preço era de \$1,8 por barril (\$13,1 de 2011). Em 1972, o preço mantém-se estável em \$2,5 (\$13,6 de 2011), enquanto o consumo mundial aumentou para 51,6 milhões de barris por dia e o consumo da UE para 14,2 milhões de barris por dia, representando um aumento de 70% e 89%, respetivamente para o consumo mundial e o europeu. Torna-se claro que a lei da oferta e da procura não se aplica. Porquê? Porque são os países ocidentais aqueles que controlam o

mercado do petróleo. As companhias petrolíferas são as donas do Médio Oriente. A “renda do petróleo”, isto é, o benefício obtido com a exploração de petróleo, é acumulada pelos países da OCDE. Para os países que possuem este recurso precioso apenas resta um naco para os líderes e migalhas para o povo. Na verdade, desde o “acordo de Achnacarry”, de 1928, que recebeu o nome de um castelo situado nas Highlands escocesas, as companhias petrolíferas privadas entenderam-se para criar um cartel e controlar o preço mundial do ouro negro. Não custa quase nada produzi-lo e a tecnologia é simples, já que basta escavar em determinadas zonas e bombear, seja nos Estados Unidos, no Médio Oriente, na Venezuela ou em qualquer outro lugar. O Ocidente pode dormir descansado, o petróleo é abundante e o seu preço está sob controlo.

Ocorrem, é claro, tentativas para reverter a ordem estabelecida. Especialmente no Irão, em 1951, quando Mohammad Mossadegh, chefe do governo, considera que o seu país não pode mais contentar-se com os 16% dos royalties acordados em 1972... Reivindica fifty-fifty (50-50) mas perante a recusa da companhia britânica Anglo-Iranian Oil Company decide, em 15 de março de 1951, nacionalizar o petróleo iraniano. Depois de algumas manifestações bélicas, o Tribunal Internacional de Justiça em Haia acaba por dar razão à BP, em 1954. É nesta altura que a empresa adota essa designação, uma vez que a razão de ser de seu antigo apelido desaparece.

É uma constante sólida no mundo da energia: sem estabilidade política, não pode haver uma produção estável. Esta é a razão pela qual as receitas de petróleo do Irão passam de \$400 milhões, em 1950, para \$2 milhões, em 1953,

originando a queda do governo Mossadegh, em 13 de agosto de 1953. É conseguido um compromisso graças às empresas americanas permitindo, a cada uma das partes, salvar a face. Na sequência do acordo do Quincy e da questão iraniana, os Estados Unidos demonstram que são incontornáveis no Oriente Médio. Os outros países produtores de petróleo percebem que podem tentar afrontar as companhias de petróleo, mas por sua conta e risco.

Uma outra perturbação desta “calma petrolífera” é provocada por Enrico Mattei, número um da empresa italiana Agip, que aspirava a devolver ao seu país um papel relevante na cena internacional. Ele quis que a sua empresa se reunisse com as grandes companhias americanas, a britânica BP ou a anglo-holandesa Shell e propôs acordos mais gerais a vários países detentores de reservas por todo o mundo, incluída a URSS em 1960. As suas ofertas de cinquenta-cinquenta são tentadoras e consegue um grande sucesso, graças, também, ao seu espírito empreendedor, à sua assiduidade ao trabalho e à sua honestidade. A Agip cresce e implanta-se solidamente fora de Itália. Em 1962, Enrico Mattei morre num acidente de avião perto de Milão. Tendo em atenção que Mattei tinha recebido ameaças de morte e que o inquérito não pôde concluir nada, a dúvida sobre a origem deste drama ainda subsiste.

O mundo conhecerá, então, dez anos de abundância de petróleo a preços baixos, se o compararmos com o preço de hoje, mas também uma abundância de carvão e, portanto, de eletricidade. Tudo a um preço irrisório. Correndo o risco de nos repetirmos, devemos insistir no facto de que é a energia abundante e a um bom preço que garantirá um crescimento sustentado, condição essencial para garantir o

pleno emprego. A história dos últimos 150 anos mostra que o período de pleno emprego, o crescimento e a prosperidade material, estão intimamente ligados à disponibilidade de energia estável e barata. Afirmar o contrário é ignorar as lições da História. Quanto menos abundante e mais cara for a energia, mais se terá que resignar ao desemprego e, portanto, à injustiça social.

A QUARENTENA ENERGÉTICA

OS CHOQUES PETROLÍFICOS DOS ANOS 70

Tudo vai muito bem mas, de repente, tudo se desmorona. Abate-se sobre o Ocidente uma ruína súbita. Adeus à energia barata, ao crescimento e ao pleno emprego. Em 6 de outubro de 1973, dia do feriado judaico do Yom Kippur, o Egito e a Síria atacam Israel para forçá-lo a restituir os territórios conquistados durante a Guerra dos Seis Dias, de 1967. A 16 de outubro, a OPEP reúne-se e decide aumentar em 70% o preço do crude. Mas no dia seguinte, instigados pelo coronel Kadhafi e a fim de coagir os países ocidentais a pressionar Israel sobre a questão palestina, os países árabes produtores de petróleo, a OAPEP (não a OPEP), provocam um aumento significativo do preço do crude que, quarenta anos depois, ainda não terminou. Adeus à paz e à prosperidade. A boa vontade dos negociadores da Conferência de Messina

esfuma-se: não há mais energia barata e abundante. Os gloriosos trinta acabam e começa a quarentena energética com o seu cortejo sinistro de sucessivas crises económicas, surtos inflacionários e recuos na produção industrial. A crise, com o seu conseqüente desemprego, instala-se de forma permanente nos setores económicos tradicionais, nos têxteis, na construção naval e na siderurgia. Especialmente porque, em 1979, por ocasião da revolução islâmica no Irão, Kadhafi já não está sozinho no ataque ao Ocidente: encontra alguém mais sinistro do que ele, o aiatola Khomeini. Os preços do crude escalam até \$33 por barril. É o pânico geral. É a guerra energética.

Devemos também dizer que tínhamos dado argumentos a Kadhafi para nos atacar, gritando aos quatro ventos que o fim do petróleo estava próximo. Ele sabia que isto não era verdade... Em uníssonos, todo o Ocidente acreditou na doutrina do Clube de Roma, propagada pelo livro Os Limites do Crescimento, publicado em inglês, traduzido numa trintena de línguas e com trinta milhões de cópias vendidas. Este "Relatório Meadows", que leva o nome de seu principal relator, não enuncia mais do que o credo politicamente correto de hoje: não podemos continuar assim porque não há recursos naturais suficientes e, em particular, não haverá petróleo. Naquele tempo as simulações informáticas anunciavam sabiamente o seu fim para o ano 2000. Todos acreditaram nestes cálculos futuristas e na sua teoria energética malthusiana, ao ponto de todas as companhias de petróleo comprarem minas de carvão em todo o mundo.

A RESPOSTA OCIDENTAL

Mas os países ocidentais, que não aceitam que todo o mundo

pague pelo conflito israelo-palestiniano, organizam-se e criam por iniciativa de Henry Kissinger e sob a liderança de Etienne Davignon, apenas um ano após o primeiro choque, a Agência Internacional de Energia (AIE) a fim de responder de forma coordenada à guerra da energia. Começamos a economizar energia e a promover as “energias alternativas”, a que hoje em dia chamamos “energias renováveis”. Não é grande coisa, mas é um sinal enviado para os países da OPEP. De forma mais eficaz abandonamos a utilização de petróleo e retornamos ao carvão para gerar eletricidade. Feliz coincidência, a decisão tomada em Messina, em junho de 1955, de lançar a subsidiária atômica torna-se realidade para a UE: o nuclear chega à sua fase madura e facilita o fecho das centrais de fuel; a era nuclear começa num momento que não poderia ser mais oportuno.

A Comissão Europeia desenvolve um programa experimental com a finalidade de desenvolver tecnologias modernas de prospeção e produção de petróleo e gás. É o início da epopeia de produção de hidrocarbonetos no Mar do Norte. O aumento do preço do crude estimula a prospeção mundial tanto e tão bem que o resultado é o contrário aos desejos do OAPEP: graças às novas tecnologias descobrem-se novos depósitos e gradualmente entram em jogo novos atores, os preços estabilizam e a OPEP perde a sua soberba. É o contragolpe petrolífero. As companhias de petróleo vendem as suas minas de carvão. Definitivamente, o Clube de Roma estava errado. O petróleo é abundante!

Um período de flutuação do preço do crude, no entanto não preocupante, sucede ao contragolpe petrolífero. A OPEP vê-se inclusivamente forçada, no seu próprio interesse, a fixar um “intervalo de preços” para o barril para enquadrar as

variações: o crude não deverá baixar de \$22 o barril nem subir acima de \$28, de preferência com um “preço-alvo” de \$25 por barril. Todo o mundo se acalma, incluindo Kadhafi. Mas o preço ainda está muito elevado em relação ao período dos trinta gloriosos, pelo que se sucedem reestruturações, os estados endividam-se e as caixas de segurança social esvaziam-se. Lentamente, sem aviso prévio, todos sofrem as consequências destes choques petrolíferos.

A UE RELANÇA A PAZ E A SEGURANÇA

No final da era soviética, graças às suas vastas reservas de energia, a Rússia descobre-se mais pujante do que era. Não vai fazer como os países árabes. Pelo contrário, o Presidente Putin propôs ao Ocidente a compra do que ele denomina de “energia cristã”. Isto funciona, porque até mesmo os Estados Unidos se preparam para investir na Rússia e importar gás russo, como veremos mais tarde.

Progressivamente, a guerra da energia parece acalmar-se, mas o preço do petróleo ainda não baixa e a nossa dependência em relação à Rússia estende-se até aos dias de hoje...

Durante este tempo e após a criação do mercado interno, em 1992, patrocinado por Jacques Delors, afirma-se que a eletricidade em primeiro lugar e o gás natural de seguida, devem poder circular livremente dentro da UE como acontece com o açúcar, a carne bovina, os trabalhadores, os serviços, etc. É um conceito interessante, mas não é fácil de aplicar, tanto por razões técnicas objetivas, como por razões políticas menos louváveis, decorrentes da política interna dos Estados-membros.

Em 2000, por iniciativa de uma grande Senhora da Europa, fala-se novamente da segurança do abastecimento de energia.

O governo espanhol nomeia comissária europeia Loyola de Palacio²¹ e é-lhe confiado o dossier da energia, transportes e as relações com o Parlamento Europeu. Vice-presidente da Comissão Prodi, vai dar-lhe um grande impulso com análises fundamentais, tanto em matéria de política de transportes como de segurança do aprovisionamento energético. Com o Livro Verde de segurança do aprovisionamento energético, pretende mostrar que a UE deve gerir melhor a sua dependência energética e, no espírito dos pais fundadores da Europa, sublinhou a necessidade da existência de energia em abundância: devemos produzir mais, seja com nuclear ou com renováveis, temos de dialogar com os produtores de petróleo, há que integrar os mercados incluindo os nossos vizinhos. Para ela, a segurança do aprovisionamento energético gere-se politicamente. Ela vai lançar uma série de diretivas para estimular a produção de energias renováveis e impor, por regulamento, a eficiência energética; também irá incentivar o aparecimento de redes transeuropeias e, em particular, a construção de interconexões. O objetivo é criar “um laço mediterrânico” de energia, a fim de unir os dois lados do Mar Mediterrâneo através da energia.

Finalmente, a política energética europeia torna-se central, fundamental. Não só para o bem dos europeus, mas também para o bem dos demais. Se temos de garantir a nossa segurança no abastecimento de energia, os nossos fornecedores devem assegurar a segurança das suas vendas de energia. Abre um novo caminho, o da estratégia “ganha-ganha”. Durante uma viagem a Buenos Aires, que tive o privilégio de realizar com ela, disse em todas as instituições argentinas, incluindo a Casa Rosada, “façam como nós, integrem os vossos mercados de energia com os vossos vizinhos para assegurar a paz e a segurança”.

²¹Nasceu em Madrid em 1950 e faleceu em 2006. A fim de homenagear a memória desta grande europeia, o Instituto Europeu de Florença criou uma cadeira Loyola de Palacio, para avaliar as opções políticas, realizar investigações avançadas e alimentar os debates e o pensamento em matéria de política energética europeia.

O FIM DA QUARENTENA

Sem que ninguém se apercebesse, inclusivamente sem que uma “grande conspiração” o tivesse organizado, entramos numa nova fase na história da energia, muito mais importante do que a folga petrolífera. Estamos, atualmente, numa fase que denomino de contrarrevolução energética e que na minha opinião nos vai levar, precisamente através da abundância de energia, a uma era de paz e prosperidade, pelo menos nos países que praticam uma boa governança, que acreditam na liberdade de empreender e promovem a economia de mercado. A quarentena, que começa com o choque petrolífero de outubro de 1973, em 2014 já terminou. Mudamos de paradigma. Nada na vida é eterno nem linear. Moisés Naím mostra no seu livro *O fim do poder*²² que as instituições, antes todo-poderosas, estão agora mais débeis que nunca e que entramos numa revolução de abundância, na revolução de mentalidades e na revolução da mobilidade,

²²Moisés Naím, *The end of Power: From Boardrooms to Battlefields and Churches to States, Why Being In Charge Isn't What It Used to Be*, Nueva York, Basic Books, 2013.

pelo que já nada é estável. Porque se deveria pensar que o que era certo, em 1973, o será sempre? Não, a nossa quarentena energética (...)

Página 68

(...) terminou e podemos construir uma nova era energética para o bem de todos²³.

CINCO RAZÕES QUE CONDUZIRAM A ESTA CONTRARREVOLUÇÃO

Desde a crise do petróleo de 1973, durante quarenta anos, o mundo tem vivido com a obsessão do fim do petróleo e as ameaças geopolíticas dela decorrentes, uma obsessão que tem penalizado muito seriamente as nossas economias. Enquanto os políticos, os media e as ONGs só falam de transição energética e energias renováveis, é uma realidade muito diferente a que se estabelece a nível mundial. Vários fenómenos concomitantes marcam a brilhante vingança dos combustíveis fósseis (petróleo, gás, carvão). Esta contrarrevolução das energias fósseis a nível mundial, que não é uma hipótese calculada por computador como muitas promessas anunciadas nos últimos anos, mas sim já uma realidade, é tão pujante que perturba a geopolítica e os equilíbrios de poder que estruturam o nosso mundo desde 1945.

Há, na minha opinião, cinco razões principais que conduziram a esta confusão: em primeiro lugar a criação de zonas económicas exclusivas nas áreas marítimas, de seguida o desenvolvimento fulgurante da tecnologia petrolífera que faz com que as reservas de petróleo convencional nunca tenham sido tão elevadas. A terceira razão é a transposição da segunda para o domínio de gás convencional. O quarto é o

²³A análise completa desta contrarrevolução energética é o objeto do meu livro *Vive les énergies fossiles! La contre-révolution énergétique*. Bruxelas, Texquis, 2014.

tema de moda nos últimos anos: o aparecimento da produção de gás da rocha-mãe. Finalmente, a última é novamente uma transposição, mas desta vez em sentido inverso: o petróleo da rocha-mãe é muito mais importante do que o gás da rocha-mãe. Vamos analisar com mais detalhe.

O DIREITO DO MAR E A CRIAÇÃO DAS ZONAS ECONÓMICAS EXCLUSIVAS

A primeira das cinco razões que conduziram ao fim da quarentena 1973-2013 esta relacionada com o direito internacional: a Convenção sobre o Direito do Mar, adotada em 1982 e promulgada em 1994. Impulsionada por Ronald Reagan aquando da sua chegada ao poder, já que era necessário encontrar uma alternativa ao petróleo do Oriente Médio e que as companhias internacionais tinham sido tratadas como os maus da fita, este novo direito internacional permite aumentar significativamente a área dos países costeiros, proporcionando-lhes a oportunidade de explorar uma “zona económica exclusiva” de 200 milhas náuticas (370 km). Os geólogos dizem-nos que é ao longo das costas onde se encontram grandes e numerosos depósitos de hidrocarbonetos. Graças a esta convenção, chamada de “Montego Bay”, a cidade jamaicana em que foi aprovada, os novos espaços marítimos abertos à exploração aumentam dia após dia. No entanto, isto provoca, também, conflitos territoriais entre países, como é o caso da China e do Japão. Uma disputa diplomática pouco conhecida diz respeito às ilhas Dispersas que, como o nome indica, são apenas alguns pontos rochosos localizados no Canal de Moçambique, entre a ilha de Madagáscar e Moçambique. França e Madagáscar disputam-nas, não para colocar painéis solares, mas porque se sabe que o potencial em hidrocarboneto é grande.

Multipliquem isto por todo o mundo e convenhamos que se trata de uma revolução marítima como nenhuma outra.

Nestas zonas económicas exclusivas começam a descobrir-se mais e mais reservas de gás e de petróleo convencional. Isto representa uma mudança significativa de natureza geopolítica que mina um dos pressupostos da teoria do pico do petróleo tão apreciada pelos mal-humorados. Como todas as teorias, apoia-se em hipóteses e, neste contexto, as do pico do petróleo são cinco²⁴. A quarta postula que a estrutura geopolítica do nosso planeta é bem conhecida e está completamente explorada, de modo que a descoberta de novos campos petrolíferos é altamente improvável.

Que longe estamos desta exploração completa! Na verdade, não o estamos em nenhum lugar. Mesmo no Médio Oriente apenas uma pequena parte do território tem sido explorada. Porque esperar que as empresas invistam quantias consideráveis para descobrir novos recursos e, assim, demonstrar que os portadores da teoria do pico do petróleo estejam errados? Aqueles que acreditam nesta teoria, seja qual for o caso, nunca se convencerão, porque se trata simplesmente de uma crença. Não só não estão explorados os territórios terrestres como hoje em dia é necessário acrescentar as áreas marinhas. Vamos ver exemplos de seguida.

NUNCA TANTO PETRÓLEO CONVENCIONAL

A segunda razão é que o medidor da reserva de petróleo indica “cheio”, cheio até ao topo. Ao contrário da crença popular, o mundo escorre petróleo como nunca antes. Mesmo as empresas petrolíferas foram surpreendidos

²⁴O desenvolvimento completo dos erros da teoria do pico do petróleo está disponível em *Politique et géopolitique de l'énergie*, Samuele Furfari, Paris, Technip, 2012, p. 159.

por esta abundância de reservas, ninguém esperava os progressos derivados da tecnologia moderna. É por isso que eles venderam as minas de carvão que tinham comprado durante a mais forte das crises petrolíferas. E isso não se deve apenas aos hidrocarbonetos da rocha-mãe, embora seja importante. Se há alguns anos, a estimativa de reservas de petróleo convencional foram de 1,75 mil milhões de barris, na realidade serão entre 2 e 3 mil milhões de barris que estão disponíveis. Assim, em 2050, estas reservas serão ainda maiores graças ao progresso contínuo da tecnologia, tanto na prospeção como na produção. Além disso, como veremos, a localização geográfica destas novas reservas é de grande importância, uma vez que contribui para mudar a geopolítica do mundo e para uma maior estabilidade do mercado de petróleo e, conseqüentemente, para um reforço das oportunidades de pacificação do mundo.

Ao mesmo tempo, a capacidade de produção está a crescer a um ritmo que poderia levar à superprodução, originando uma queda brutal do preço do petróleo bruto para cerca de \$70 por barril ou ainda menos. Continuar a assustar com a proximidade do fim do petróleo é um erro que não resiste ao escrutínio dos factos. Por isso desde 1924, quando pela primeira vez se anunciou o fim do petróleo (o presidente dos Estados Unidos, Calvin Coolidge, tinha sido convencido disso) a ladainha da teoria nebulosa do pico do petróleo ainda se continua a disseminar e a ganhar seguidores.

NUNCA TANTO GÁS CONVENCIONAL

Esta revolução tecnológica no campo do petróleo encontra uma extensão natural no domínio do gás natural, uma vez que ambos os domínios partilham os mesmos geólogos, as

mesmas empresas e as mesmas tecnologias. Desde 1980, as reservas de gás convencional têm aumentado a uma taxa surpreendente de 5% ao ano, embora no mesmo período o consumo tenha aumentado 4%. Esta evolução foi uma surpresa para todos. Em 1975, temendo uma escassez de gás natural, a União Europeia adotou a Diretiva 75/404, restringindo o uso desta energia em centrais elétricas. Este gás era, naquele tempo, demasiado precioso e raro para ser usado na produção de eletricidade. Estava-se, então, sob a autoridade moral do Clube de Roma, que havia convencido todos que os recursos eram limitados. Foi necessário esperar 16 anos para que, com a Diretiva 91/148, a de 1975 fosse revogada. Não era de todo um erro de avaliação porque a proibição se baseava no estado do conhecimento na época. Quando os factos vêm contradizer uma crença ou mesmo um conhecimento, a racionalidade impõe rever a posição que se provou errada.

Mais recentemente cometeu-se um erro semelhante cujos efeitos perdurarão até 2025 ou mesmo 2030. Com a Guerra Fria muitos Estados-membro assinaram contratos de fornecimento de gás russo. Durante 20 ou 30 anos, dependendo do país, fizeram-se provisões e pagamentos para a satisfação de todos. Quando se aproximaram os vencimentos, ainda convencidos pelos argumentos do Clube de Roma, um a um, Jacques Chirac, Gerhard Schröder e Romano Prodi, assim como outros líderes europeus, apadrinharam o seu “campeão gasístico nacional”, a fim de negociar a renovação destes contratos, especialmente porque a era soviética se tinha desmoronado. Foram acompanhados a Moscovo para assinar, em 2005 e 2006, novos contratos de fornecimento de gás natural com duração de 20 a 25 anos. Naquele momento, cada um vangloriava-se de ter garantido

a segurança do abastecimento de energia do seu país, pois sabiam que a Rússia era o gigante mundial de gás natural, possuindo quase um quarto de todo o gás existente no mundo.

Os russos estavam conscientes disso e utilizaram essa vantagem para apoiar a sua política internacional. Uma vez que os russos tinham certa superioridade nas negociações, foi necessário aceitar que os contratos incluíssem a cláusula “take-or-pay” (de compra obrigatória) e a indexação do preço do gás ao preço do petróleo. Sabendo quanto aumentou, posteriormente, o preço do petróleo, não parece necessário procurar mais uma das principais razões para o aumento do preço da energia e da eletricidade nos nossos países. Quanto à cláusula “take-or-pay” implica que os pagamentos devem ser efetuados independentemente de se terem ou não consumido as quantidades contratadas. É aqui onde se encontra, na minha opinião, a verdadeira razão para a oposição do governo Sarkozy à exploração do gás da rocha-mãe e o governo de Hollande não poderá fazer diferente. Porquê produzir gás da rocha-mãe se, de qualquer forma, se tem de pagar o gás aos russos, especialmente se tal permite demonstrar muito respeito para com o ambiente?

Entretanto, muitos países tornaram-se novos fornecedores de gás. Destaquemos o caso de Moçambique onde, entre junho de 2012 e junho de 2013, a empresa italiana ENI descobriu o campo do Rovuma. No espaço de um ano, o país viu suas reservas de gás passar de zero a 2,8 mil milhões de m³. Para entender a extensão destas novas reservas destacamos que a Noruega, um grande país de gás, tem 2,1 mil milhões de m³. Moçambique torna-se, assim, pelo seu potencial para a exploração de gás natural, mais importante do que o

Cazaquistão, o Uzbequistão, o Kuwait ou a Líbia. Tanzânia e Quênia, que beneficiam das mesmas condições geológicas, serão os próximos. Estas novas reservas desencadeiam um novo interesse pelas ilhas Dispersas antes mencionadas. Os outros países da África Oriental preparam-se para fazer o mesmo.

Outro exemplo é a produção de gás natural em Israel, país que era conhecido por não possuir quaisquer reservas de hidrocarbonetos, enquanto estava rodeado de outros que os transbordavam. Graças a perfurações que atravessam profundas camadas de sal na sua zona económica exclusiva, Israel localizou dois campos de gás gigantescos, Tamar e Leviatán, originando reservas 0,73 mil milhões de m³ (um terço das existentes na Noruega), ou seja, o equivalente a 130 anos do consumo corrente do país. Por todo o mundo, encontram-se exemplos semelhantes que revolucionam as reservas de gás.

Ao gás natural interessa encontrar mercados próximos dos locais de produção para minimizar os custos de transporte. Portanto, devemos notar que a sua abundância pode permitir a países vizinhos ou próximos iniciar relações comerciais no negócio deste hidrocarboneto. Não há nisto uma fonte potencial de estabilidade? Sob os acordos de Camp David, assinados em 26 de março de 1979, criou-se um gasoduto para levar gás natural do Egito para Israel. O gás começou a circular no dia 1 de maio de 2008 e Israel pôde, assim, beneficiar deste gás árabe para produção de eletricidade. O gasoduto passava para além de Israel já que o gás também se entregava na Jordânia. Desde abril de 2014, Israel usa o mesmo gasoduto para alimentar a vizinha Jordânia de gás. Assinaram-se cartas de intenção para que o gás israelita

chegue, também, ao Egito através do velho gasoduto que, neste caso, iria funcionar em sentido inverso, para que o gás israelita convirja para os terminais GNL do Egito e depois navegue para os portos europeus.

Obviamente, o negócio de gás entre vizinhos é um elemento de paz, como a que experimentámos nos anos cinquenta com a criação do mercado comum do carvão, estabelecido pelo tratado CECA.

Os outros dois eventos que levaram à contrarrevolução energética serão tratados no próximo capítulo.

AS CONSEQUÊNCIAS DE PRODUÇÃO DO GÁS DA ROCHA-MÃE

REVOLUÇÃO? SIM, REVOLUÇÃO!

Num intervalo de dois anos ocorreu, no mundo da energia, uma rutura tão forte, que provocou, por sua vez e neste curto período, uma divisão na opinião pública que se polarizou tanto quanto a verificada com o nuclear, mas sem ter de esperar para isso quarenta anos. Esta revolução tão mediatizada, de consequências económicas e geopolíticas gigantescas é, naturalmente, a do gás da rocha-mãe, erroneamente chamado de gás de xisto.

Até 2007, nos Estados Unidos pensava-se que o gás natural se esgotaria em breve, razão pela qual o seu preço continuou a subir. Alan Greenspan, ex-presidente da Reserva Federal, afirmou, em 2003, que “o gás natural liquefeito (GNL) era a única válvula de segurança de curto prazo que os Estados

Unidos poderiam desenvolver para reduzir a sua dependência do gás natural.” Em 2005 chega a vez da indústria do gás expressar a sua preocupação: Lee Raymond, diretor-geral da ExxonMobil, afirma que “a produção de gás atingiu um pico na América do Norte”. A dedução lógica era que, se não há gás suficiente e não podemos prescindir dele, ter-se-á de decidir importá-lo. Os Estados Unidos prepararam-se, portanto, para fazer o que fizeram o Japão e a UE: importar gás natural sob a forma líquida, o GNL.

Da mesma forma que quando respiramos perto de um vidro frio, o vapor que expiramos se condensa em gotículas líquidas, se arrefecermos o gás natural a uma temperatura negativa de 164° C, ele converte-se em líquido. Basta, de seguida, colocá-lo em depósitos térmicos gigantes, transportá-lo por mar e voltar a aquecê-lo no porto de destino para o injetar numa conduta. É uma técnica comprovada há décadas sem que jamais tenha ocorrido um acidente. Para satisfazer esta nova oferta de gás natural liquefeito era necessário que os Estados Unidos se dotassem de terminais ao longo de toda a costa do país. Os investidores associaram-se, para preparar uma rede de terminais gasísticos a que deveriam chegar os navios-tanque da vizinha Trinidad e Tobago ou de mais longe (Austrália, Malásia e Indonésia). Inclusivamente, eram esperados na Costa Leste dos Estados Unidos carregamentos provenientes da Rússia e a Rússia preparava-se para equipar o porto de Murmansk (o mais próximo dos Estados Unidos) para vender o gás natural aos americanos. De repente, em 2007, toda esta estrutura económico-estratégica se desmorona: adaptou-se, com sucesso, a técnica da fratura hidráulica, amplamente utilizada desde há décadas no mundo do petróleo, a fim de melhorar significativamente a técnica de extração de gás da rocha-mãe. Este gás não é nada de novo, uma vez que, já em

1991, os Estados Unidos produziam 4.200 milhões de m3...

Os geólogos conheciam este tipo de rocha, mas não se explorava economicamente porque os seus depósitos, que têm uma permeabilidade muito débil, retêm o gás ou o petróleo formado precisamente neles. A revista National Geographic, de fevereiro 1981, falava, com razão, da rocha “relutante” e ilustrava técnicas de mineração, como a dos depósitos de carvão (poços e galerias) para tentar extrair os hidrocarbonetos contidos. Foi necessária a tenacidade de um industrial, George Mitchell, para se chegar, por volta de 2005, a uma revolução silenciosa, durante muito tempo desprezada pelos especialistas das grandes companhias petrolíferas, que consideravam que esta produção de gás da rocha-mãe não poderia tornar-se comercial. As dificuldades eram, portanto, inúmeras: reduzida taxa de recuperação, diminuição rápida do fluxo dos poços, a gestão da água da fratura, acerto da concentração dos produtos químicos utilizados e minimização do seu impacto, etc. Mas, à medida que se materializava o sucesso de Mitchell Energy, outras empresas o seguiram, de modo que a produção, que em 2005 era de 21.200 milhões de m3 passou, em 2012, para 275.200 milhões de m3 e conhecemos, atualmente, a extraordinária produção de gás dos Estados Unidos.

A RENOVAÇÃO DA ECONOMIA AMERICANA

Enquanto em alguns países europeus os meios de comunicação, os ativistas e alguns políticos só falam das consequências ambientais negativas desse gás, nos Estados Unidos, pelo contrário, congratulam-se – em primeiro, o presidente Obama - pela queda dos preços do gás que daí resultou, pelo relançamento da indústria química e pelo desenvolvimento

da utilização deste gás no transporte rodoviário. Desde então, os investimentos na indústria química nos Estados Unidos crescem graças à chegada maciça deste gás a um bom preço. Além disso, o gás da rocha-mãe contém olefinas, matéria-prima para a indústria petroquímica, razão pela qual este sector da economia americana investiu \$15.000 milhões de dólares na produção de etileno aumentando, assim, a sua capacidade de produção em 33 %. Estima-se que os hidrocarbonetos da rocha-mãe vão permitir aos fabricantes norte-americanos reduzir os custos das matérias-primas e energia em cerca de \$11.600 milhões ao ano. Para as indústrias de equipamentos este investimento já é, por si só, uma primeira oportunidade para criar infraestruturas, emprego e valor acrescentado. A revolução do gás da rocha-mãe induz uma mudança radical da política energética interna dos Estados Unidos e provoca uma renovação da indústria química, levando a um renascimento da produção de bens de equipamento, o que supõe uma vantagem para dinamizar a indústria manufactureira. Obviamente, o gás da rocha-mãe conduz a uma renovação de prosperidade nos Estados Unidos.

Mas há algo muito mais importante do que o gás da rocha-mãe: o petróleo da rocha-mãe. Produz-se através da mesma técnica da fratura da rocha. Nos Estados Unidos, a produção de petróleo aumentou em 1 milhão de barris por dia, em 2011 e 2012 e 900.000 barris por dia, em 2013, o que representa em 3 anos um crescimento equivalente a toda a produção de Iraque. Os americanos têm hoje o nível de produção de petróleo que tinham em 1988, o que deu origem a uma queda abrupta das importações de petróleo bruto e de produtos petrolíferos. O governo dos Estados Unidos acredita que esta progressão vai continuar até ao ponto em que a produção de petróleo nos Estados Unidos vai ultrapassar, em dois ou três

anos, a da Arábia Saudita.

A NOVA GEOPOLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS

De mudanças tão profundas num sector tão essencial para a vida económica de um país emergem consequências geopolíticas radicais. Esta é a razão pela qual o presidente Obama criou, dentro do Departamento de Estado (equivalente ao nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros), o *Gabinete de Recursos Energéticos*. Este gabinete tem como objetivo assegurar que todas as relações diplomáticas norte-americanas promovam os seus interesses, com a finalidade de permitir um acesso à energia que seja seguro, confiável e cada vez mais amigo do ambiente. Este gabinete pretende gerir a geopolítica da energia de hoje, revitalizando a diplomacia energética dos Estados Unidos com os principais produtores e consumidores. Para este gabinete representa, também, a oportunidade de contribuir para a evolução do mercado de energia, estimulando as forças presentes a fim de que elas sustentem as transformações da política energética em curso em termos de energia alternativa (gás e petróleo da rocha-mãe), eletricidade, desenvolvimento e reconstrução. Este gabinete tem, ainda, como objetivo trazer mais transparência no domínio da energia e do seu acesso. Na verdade, é essencial para garantir uma boa governação e melhorar o acesso, de forma comercialmente viável e amiga do ambiente, aos 1.300 milhões de pessoas que ainda estão privadas de eletricidade.

Hillary Clinton, no seu discurso “A diplomacia energética no século XXI”, de 18 de outubro de 2012 na Universidade de Georgetown, resumiu muito bem a nova doutrina americana sobre a energia:

Os Estados Unidos têm interesse na resolução dos conflitos em matéria de energia, mantendo a estabilidade dos abastecimentos e dos mercados, assegurando que os países não usam os seus recursos energéticos ou a sua proximidade às rotas de navegação para forçar os outros a vergar-se à sua vontade ou para desculpar os maus comportamentos e, acima de tudo, garantir que o povo americano tem acesso seguro a energia fiável, a bom preço e sustentável.

Aqui está um exemplo de alguém que tem o mérito de ser claro. A referência velada à China, ao sul do mar da China, à Rússia, à Ásia Central, ao Irão ou ao Estreito de Ormuz ainda aparece mais claramente na continuidade do seu discurso.

O boom dos hidrocarbonetos - que resulta, voltamos a repetir, da tenacidade de certos industriais e não da administração norte-americana - envia ao resto do mundo uma mensagem muito forte: os Estados Unidos têm os recursos para e a vontade de ser a potência predominante do mundo durante as próximas décadas. Em consonância com o idealismo de Wilson, os recursos não devem servir para dominar e impor, mas para o bem comum.

OBAMA COMO WILSON

Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos de 1913 a 1921, tinha deixado as políticas imperialistas de seus antecessores, trazendo para a Casa Branca uma nova forma de ver o relacionamento da América com o mundo exterior, uma relação baseada na democracia, na liberdade e na paz. Ele acreditava que todos os povos do mundo tinham o direito à autodeterminação, que os povos de todos os países deviam ter o direito de escolher os seus próprios governos e que o modelo norte-americano podia ser exportado, uma vez que

os povos aspiram à democracia. Wilson e o seu secretário de Estado, William Jennings Bryan, acreditavam que a América deveria proteger a democracia e os povos livres, porque isso conduziria à paz. É compreensível, por isso, que respondesse favoravelmente à solicitação feita por Georges Clemenceau que referimos anteriormente. Wilson recebeu o Nobel da Paz em 1919, por ter tentado acabar com a Primeira Guerra Mundial pela via diplomática.

Se é muito cedo para falar da “doutrina Obama da energia”, as bases já estão lançadas e o presidente - também Prémio Nobel da Paz - entendeu muito bem, na linha da doutrina de Wilson, que quanto mais energia haja disponível, mais fácil é alcançar a paz e melhor se comportará o mundo e mais possibilidades terão os pobres de aceder à energia e menos miséria haverá.

Não significa, de forma alguma, que seja necessário desperdiçar energia, como torpemente acusam aqueles que não gostam de ouvir que o mundo transborda de energia. Por certo, uma das políticas energéticas perenes e sustentáveis de Obama terá sido fazer evoluir a indústria automóvel dos Estados Unidos para um consumo mais sóbrio, a fim de reduzi-lo a 4,5 litros por 100 km até 2025, ou seja, metade da atual.

A contrarrevolução energética permitirá distribuir equitativamente o jogo e, principalmente, nas costas do Oceano Pacífico onde o crescimento económico ainda é considerável. Com, por um lado, os grandes consumidores do sudoeste asiático e a Austrália - um gigante energético - e, por outro, os Estados Unidos e o Canadá - outro gigante da energia, as trocas de energias fósseis aumentarão nas águas do maior oceano.

ENTÃO E A POLUIÇÃO DO GÁS DE XISTO?

Com a intenção de ser concisos, não abordamos aqui em detalhe a desinformação escandalosa sobre o medo de contaminação. Encaminho o leitor para o meu livro *Vive les énergies fossiles* para um tratamento exaustivo do assunto. A verdadeira questão que o público deveria colocar é a seguinte: é possível que os Estados Unidos se apoiem numa produção tão poluente para mudar, também, radicalmente a sua política externa? É possível que os cidadãos americanos vivam tão felizes num mundo, de repente, tão contaminado? É possível que o país mais rico do mundo goste de viver com águas poluídas? É necessária uma dose de cegueira ideológica para continuar a sustentar essas ideias absurdas.

A pergunta deve ser feita ao contrário! Como é possível que em tão pouco tempo se tenha atingido tal fratura na opinião pública europeia? Falo com frequência destas questões em público e noto, com decepção, que as pessoas assumem a crença da poluição, mesmo sem saber o que é uma rocha-mãe ou a fratura hidráulica. A ignorância é total e, portanto, as afirmações também o são. Quem beneficia com esta intoxicação mediática? Nos círculos profissionais da energia circulava, desde há algum tempo, um boato segundo o qual interesses russos não viam com bons olhos o desenvolvimento do gás da rocha-mãe porque corriam o risco de pôr em causa a sua posição dominante em matéria de produção de gás. Até ao dia em que, em junho de 2014, o secretário-geral da NATO, Andres Fogh Rasmussen disse:

Encontrei aliados que podem relatar que a Rússia, no contexto das suas sofisticadas operações de informação e desinformação, está ativamente envolvida com as organizações não-governamentais - organizações

ecologistas que trabalham contra o gás de xisto - para manter a Europa na dependência de gás russo importado.

Mesmo se o gabinete de imprensa da NATO tivesse esclarecido que essas declarações só implicavam o Sr. Rasmussen e não a política oficial da NATO, elas irritaram os adversários da fratura hidráulica, que o fizeram saber nas redes sociais²⁵. No entanto, Rasmussen apenas disse alto o que se dizia em voz baixa desde há muito tempo.

PORQUÊ FALAR DE GÁS DA ROCHA-MÃE E NÃO DE GÁS DE XISTO?

A expressão gás da rocha-mãe não é correta do ponto de vista geológico, uma vez que as rochas em que os hidrocarbonetos são retidos não são xisto, mas sim rochas metamórficas argilosas ou calcárias (carbonatos ou argila calcária). Se apenas se tratasse de geologia, poderíamos deixar passar a expressão. Mas isso significa, acima de tudo, esconder uma verdade fundamental que demonstra que esta produção está para durar e mesmo expandir-se. A expressão gás da rocha-mãe é a que melhor se adequa, pois indica que o gás ou o petróleo formado nesta rocha se encontra aí preso. Na verdade, todos os petróleos e gases convencionais formaram-se na rocha-mãe, o que significa que, nos lugares onde foram descobertos hidrocarbonetos existem, por baixo, rochas-mãe suscetíveis terem hidrocarbonetos bloqueados. É difícil imaginar os recursos de petróleo e gás retidos nestas rochas. Não se trata apenas de imaginar a existência de petróleo e gás suficiente para dois séculos, mas para muito mais. Com tantos hidrocarbonetos, não seria o momento de considerar a energia como uma fonte de prosperidade, paz e segurança?

²⁵Foi enviada uma carta aberta a Rasmussen assinada por 126 ONGs. (Ver <http://www.ecologistasenaccion.org/article28202.html>)

O INVERSO DA PAZ E
DA SEGURANÇA

Enquanto o mundo começa timidamente a tomar consciência da contrarrevolução energética, uma crise vem perturbar, na primavera de 2014, a serenidade energética que começava a instalar-se no continente europeu.

Apesar de muitos esforços realizados para reforçar a segurança energética da UE em termos de fornecimento de gás, e para reduzir o número de Estados-membro dependentes de um único fornecedor, a crise russo-ucraniana revela que, apesar dos progressos alcançados no reforço da sua infraestrutura e na diversificação dos seus fornecedores, a UE ainda é vulnerável a choques energéticos externos.

UCRÂNIA, ZONA ESTRATÉGICA DE TRÂNSITO DO GÁS RUSSO

Embora durante o período soviético a Ucrânia não fosse um país de trânsito para o gás russo que alimentava a Europa Ocidental, o desmuronamento que se seguiu à queda do comunismo deu, a este país, uma vantagem geopolítica. O gás russo tem de o atravessar e isso traz dinheiro para os cofres vazios do Estado ucraniano. A sua rede de transporte de gás é capaz de transferir 142.000 milhões de m³ para os países da Europa Ocidental e Central, pelo que pela Ucrânia transitam, dependendo dos anos, entre 50 e 65% das exportações russas de gás natural para a UE, ou seja, cerca de 20% do abastecimento total de gás da UE.

Mas a Rússia é também o seu principal fornecedor de energia. A Ucrânia consome 50.000 milhões de m³ de gás natural por ano e produz apenas 20.000 milhões: deve, portanto, importar 30.000 milhões desde o seu vizinho russo. Estas compras são objeto de repetidas querelas sobre as condições de mercado. Tal como os Estados-membro da UE, a Ucrânia está ligada à Rússia por contratos de fornecimento que preveem uma cláusula *take-or-pay*. Mas devido à sua situação económica a Ucrânia não é capaz de pagar regularmente o que deve. Em 2013, honrou uma dívida de \$1.300 milhões, mas não pagou os seus fornecimentos de gás de janeiro de 2014 e apenas uma parte dos de fevereiro de 2014. À medida que a Ucrânia se aproxima da UE, Gazprom reclama, cada vez mais, os pagamentos dos seus fornecimentos de gás, o que significa uma dívida de \$1.500 milhões. Uma forma de retaliação, em caso de não pagamento, pode ser a interrupção do fornecimento mas, neste caso, também a UE seria penalizada e, portanto, parece difícil que a Rússia interrompa o fluxo sem acordo prévio com a União.

Depois de muitas aventuras, que não temos tempo de abordar aqui²⁶, e a fim de evitar quer interrupções no fornecimento de gás russo à UE quer a escalada entre Kiev e Moscovo, a Comissão Europeia mediou entre as duas partes antagónicas. Günther Oettinger, Comissário responsável pela energia, serviu de intermediário entre a Ucrânia e a Rússia. Este político, bem conhecido na Alemanha e merecedor da confiança de Angela Merkel ao ponto desta o colocar como Comissário na Comissão presidida por Jean-Claude Juncker, chegou a obter da Rússia uma redução de 20% que os ucranianos não aceitaram. É verdade que já não é simplesmente uma questão do preço do gás, pois os trágicos acontecimentos no Este da Ucrânia, a morte insuportável de 298 passageiros do MH17 abatido em pleno voo por um míssil terra-ar, complicam estas negociações ainda em curso.

UCRÂNIA, MEMBRO DESDE 2011 DA COMUNIDADE DA ENERGIA

Muito antes desta crise a UE convidou a Ucrânia para se juntar à Comunidade da Energia. Tal materializou-se a 1 de fevereiro de 2011. Esta Comunidade, emanada da EU, visa comprometer as partes contratantes a implementar as regras pertinentes da UE em matéria de energia, de ambiente e de concorrência. As partes do Tratado que constituem a Comunidade da Energia são, por um lado, a União Europeia e, por outro, a Albânia, a Bósnia-Herzegovina, a antiga república jugoslava da Macedónia, Montenegro, Sérvia, Kosovo, Moldávia e Ucrânia. A curto prazo, a Ucrânia, como as outras partes contratantes, deve implementar mercados nacionais de energia, abertos e transparentes, com base num quadro regulamentar, a fim de estabelecer um mercado estável e capaz de atrair investimento para a produção e nas

²⁶Para uma análise explícita ver "L'Ukraine, la Russie et l'UE: liées par le gaz". Samuele Furfari, em *Nouvelle Revue de Géopolitique*, abril-maio-junho de 2014.

redes de energia. A médio prazo, deve ser implementado, em toda a região, um mercado integrado de energia, permitindo intercâmbios transnacionais e garantindo a segurança do abastecimento. A meta de longo prazo é a criação de um mercado regional totalmente integrado no mercado interno de energia da União Europeia.

A adesão da Ucrânia à Comunidade da Energia incentiva-a a comprometer-se com as reformas orientadas para o mercado a fim de melhorar a sua eficiência energética, que é catastrófica (consome 11,3 vezes mais energia por PIB que a UE), reduzir a sua intensidade energética de produção de eletricidade (demasiado elevada em comparação com os padrões internacionais), reforçar as capacidades institucionais nacionais e adaptar a sua legislação e regulamentação às regras e práticas da UE, incluindo no domínio do ambiente. É um trabalho difícil mas indispensável para conduzir a Ucrânia a um desenvolvimento sustentável, próspero e global. Por conseguinte, é desejável que resultados concretos sejam visíveis o mais rapidamente possível.

Estamos no cerne da nossa preocupação. Proporcionar segurança e paz através da integração dos mercados de energia. Não é nem mais nem menos do que aquilo que dissemos quando recordamos os conselhos de Loyola de Palacio às autoridades da Argentina: integrem-se através da energia, pois isso traz paz e segurança.

Este objetivo será alcançado desde que haja uma governança fundamentalmente diferente. Esta questão é tão importante que merece ser tratada em separado. Será o assunto do próximo capítulo.

A BOA GOVERNANÇA E A ENERGIA

A REALIDADE INADMISSÍVEL

É do conhecimento geral que desde a Revolução Laranja na Ucrânia, tal como na Rússia nos tempos de Boris Yeltsin, personalidades próximas dos líderes políticos acumularam todo o poder. Estes oligarcas têm controlado o país nos últimos oito anos, resultando em enriquecimentos ilícitos. Há já algum tempo que as ONGs pedem a Londres que implemente redes próprias contra o branqueamento de capitais, uma vez que os envolvidos em atividades ilegais ligadas ao comércio de energia nos países da ex-URSS usam Londres como praça financeira. Estas ONGs querem que os ingleses adotem medidas a favor da transparência, embora os investimentos possam ser transferidos para outras praças

financeiras.

Não tínhamos abordado, até agora, a relação que pode existir entre as enormes somas de dinheiro em circulação no mundo da energia e as organizações que não são transparentes, para usar um eufemismo. O leitor deve lembrar-se do escândalo da operação “petróleo por alimentos” da ONU, que decorreu de 1996 a 2003, a fim de satisfazer as necessidades humanitárias do povo iraquiano depois da guerra do Kuwait. Descobriu-se que o ditador iraquiano, Saddam Hussein, tinha implantado uma grande rede de corrupção para desviar uma parte dos fundos. Mais próximo de nós, o banco BNP concordou em pagar uma multa recorde de \$8.900 milhões por ter autorizado pagamentos em dólares, aos países sujeitos a sanções económicas americanas ligadas ao petróleo, nomeadamente o Sudão e o Irão, entre 2002 e 2009.

O EXCREMENTO DO DIABO

Para um país, o grande privilégio de ter ganho recursos naturais na lotaria da geologia - petróleo, entre outros - não é sinónimo de sorte, prosperidade e democracia. Juan Pablo Perez Alfonzo, ministro de Energia da Venezuela em 1975, e principal fundador da OPEP, utilizou uma expressão que se tornou um clássico no mundo da energia: classificou o petróleo como o “excremento do diabo”. Embora o seu país o transborde a tal ponto que, contando os petróleos pesados da Cintura do Orinoco, a Venezuela é o país do mundo que possui as maiores reservas de petróleo, Perez observou que, desde que o seu país se tinha convertido em produtor de petróleo, cada vez ficou mais pobre e, salientou amargamente, que “o petróleo traz desperdício, corrupção,

gastos inúteis e dívida... Esta dívida que suportaremos por anos e anos.” Se considerarmos o estado da população venezuelana, as manifestações recorrentes e a gestão económica do presidente Maduro, torna-se evidente que esta sinistra constatação, de há cerca de meio século atrás, ainda hoje é atual.

Exceto nos países da OCDE, as populações dos países ricos em recursos energéticos continuam a ser pobres, enquanto apenas alguns se enriquecem. O que acontece desde a primavera de 2011 nos países árabes e a situação na Nigéria ou no Sudão são exemplos muito angustiantes. Apesar da extraordinária riqueza do seu subsolo, a população continua pobre, mesmo miserável.

Este fenómeno, longe de se atenuar, amplifica-se, a esta difícil situação, se vem juntar uma epidemia hipotecária. A cada nova descoberta de petróleo, os governos desses países pedem emprestado, os bancos acreditam que os ganhos futuros reembolsarão os empréstimos que supostamente servem para o desenvolvimento da produção. Mas se não existe ética, se não existir uma boa governança, não nos podemos surpreender que esses mesmos líderes desviem uma parte desse dinheiro. Depois de um golpe de Estado ou de uma alternância eleitoral, os novos líderes terão de pagar as dívidas, arriscando-se a perpetuar o círculo vicioso. Os grandes bancos sabem-no, mas acomodam-se.

A corrupção é uma praga em todos os países do mundo, mas quando as somas manipuladas são enormes, como é o caso dos hidrocarbonetos, as tentações são infinitas. Como exemplo tomemos a situação de Argélia, onde os hidrocarbonetos são geridos pela Sonatrach, poderosa empresa pública, com uma faturação anual de 60.000

milhões de dólares, o que representa 60% do orçamento do Estado. Desde janeiro de 2010, escândalos financeiros instruídos por tribunais argelinos ou estrangeiros originaram uma sucessão de inquéritos seguidos de destituições (dos CEOs ou vice-presidentes Mohamed Meziane, Abdelahfidh Feghouli, Nourredine Cherouati, Abdelhamid Zerguine). Mesmo o poderoso ex-ministro da Energia, Chakib Khelil, é objeto de um mandato de captura internacional.

Há apenas um remédio para evitar estes problemas: o estabelecimento de uma nova governança baseada na democracia, no Estado de direito, na liberdade de empreender com regras transparentes e numa justiça totalmente independente do poder político. A democracia e o respeito da lei são fundamentos obrigatórios para que a energia deixe de ser um instrumento do mal. Sem eles, a técnica não se poderá desenvolver e manifestar todos os seus efeitos; sem eles, as medidas em favor da eficiência energética não terão nenhum efeito.

É ilusório falar sobre política energética, controle de energia, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável sem boa governança. Sem ela não haverá nem paz nem segurança.

QUE ESTRATÉGIA EUROPEIA
PARA A SEGURANÇA DO
APROVISIONAMENTO
ENERGÉTICO?

UMA NOVA GEOPOLÍTICA

A linearidade é uma raridade nas atividades humanas. As mudanças bruscas, desejadas ou não, devem ser constantemente enfrentadas com racionalidade, a fim de lhes responder o mais rapidamente possível. No campo da energia continuamos a estruturar os nossos pensamentos como fazíamos nos anos setenta. Passaram-se quarenta anos, acaba de ter lugar uma contrarrevolução energética e é o momento de não só se reconhecer, mas viver, o novo paradigma energético. Já não estamos em tempos de temer a escassez de energia: seja do petróleo, gás, carvão ou de outras fontes de energia, há abundância, mesmo superabundância. Na última edição do, a AIE sinaliza que as reservas de gás

são de 235 anos ao ritmo atual de consumo. Por outro lado e ao contrário do passado, o mercado globalizado impede o uso de energia como arma geoestratégica de rutura do abastecimento contra certos países, algo que penalizaria o conjunto das nações, adversárias ou amigas.

Para além disso, e é essencial, vemos como os Estados Unidos já estão a reestruturar a geopolítica da energia de uma forma original. Quando a América do Norte, graças aos hidrocarbonetos do México e, especialmente, do Canadá, for totalmente independente, as implicações geopolíticas serão ainda mais consequentes. O gabinete americano de recursos energéticos poderá reforçar a sua ação em matéria de geopolítica para garantir, aos seus amigos, um acesso seguro à energia. Logo que os Estados Unidos estejam disponíveis para exportar gás e petróleo da rocha-mãe poderão ajudar os seus parceiros, mas tal não acontecerá da noite para o dia. Não existe uma solução imediata de substituição nem para a Ucrânia nem para a UE em matéria de abastecimento de gás, embora seja possível que outra descontinuidade, outra inovação ou qualquer outra alteração geopolítica venha reforçar o papel estabilizador que vai jogar, cada vez mais, a abundância de combustíveis fósseis.

A arma de energia já não existe ou, pelo menos, já não pode ser utilizada. A Rússia sabe que hoje a diplomacia energética é como o armamento nuclear: existe para dissuadir, mesmo intimidar, sem nunca ser utilizada. A Ucrânia deve rapidamente pôr ordem no seu regime, empenhar-se fortemente no Estado de direito e melhorar rápida e drasticamente a sua intensidade energética. Terá todo o gás que necessite com a condição de que o pague. Ele virá, do Leste – da Rússia se as relações forem pacíficas - ou do Ocidente, mas será

difícil para a Ucrânia prescindir, todavia, do gás russo nos próximos anos.

Mas nada é simples no domínio da energia, já que não devemos esquecer que a Rússia está em condições de reduzir fortemente o preço dos seus fornecimentos de gás, uma vez que o seu custo de produção é muito baixo: de acordo com Paolo Scaroni, presidente da ENI, é inferior a meio dólar/MBtu²⁷. Se a Gazprom vende o seu gás a \$6/MBtu (o que lhe dá uma margem confortável), é impossível que o gás americano chegue a ser seu concorrente no mercado europeu: devido ao custo da liquefação, do transporte e da regaseificação, não é possível um preço de gás da rocha-mãe, entregue na EU, por menos de \$9/MBtu. Ao gás russo ainda lhe restam dias felizes.

A CRISE UCRANIANA FOI POSITIVA PARA A ENERGIA

A crise ucraniana é positiva para a energia, uma vez que também é a ocasião para observar que, se o mundo está cheio de combustíveis fósseis, é necessário criar infraestruturas, cessar rapidamente o desperdício de energia, impor uma boa governança, promover o empreendedorismo e o comércio internacional. No final, isso será bom para a democracia.

Em plena crise ucraniana era lógico perguntar sobre as consequências imediatas que, se fosse o caso, as interrupções no fornecimento de gás poderiam gerar na segurança do abastecimento da UE. Este foi o motivo pelo qual o Conselho Europeu solicitou à Comissão Europeia, em março de 2014, um relatório sobre o estado da segurança energética da União. A Comissão estudou rapidamente a questão e apresentou o seu exaustivo relatório, em 28 de maio de 2014²⁸. Na sua análise detalhada da situação

²⁷BTU= *British Thermal Unit*, unidade utilizada no âmbito do comércio de gás

²⁸Estratégia europeia para a segurança energética, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho de 28/5/2014 – COM(2014) 330 final.

energética em matéria de segurança de abastecimento, a Comissão recorda que as importações de energia da UE representam 53% do seu consumo de energia: a UE importa 90% do petróleo bruto que consome, 66% do gás natural, 42% dos combustíveis sólidos e 40% do combustível nuclear. A fatura de importação energética da UE ascende a 1.000 milhões de euros por dia. Além disso, os Estados-membro menos interconectados são particularmente vulneráveis (as regiões bálticas e o sudeste da Europa); esta vulnerabilidade é ainda mais sensível quando um Estado-membro depende do único fornecedor russo, como é o caso de vários Estados-membro. A esta forte dependência junta-se, também, um preço elevado da energia em relação à média dos preços mundiais.

Perante esta constatação a Comissão Europeia recomenda uma nova estratégia para a segurança energética, baseada principalmente na diversificação das fontes de abastecimento externo, na modernização da infraestrutura energética, na consecução do mercado interno de energia da UE e na eficiência energética. A estratégia enfatiza também a necessidade de coordenar as decisões tomadas no âmbito das políticas nacionais de energia e a importância de falar a uma só voz nas negociações com os parceiros externos. Apoiar-se nos progressos já alcançados, desde as crises do gás de 2006 e 2009, entre a Ucrânia e a Rússia. De facto, a UE tem trabalhado arduamente para melhorar a sua segurança energética. Em particular, um gasoduto, denominado North Stream, atravessa o mar Báltico partindo da Rússia (no Golfo de São Petersburgo) e entra diretamente na Alemanha, em Greifeld, o que conecta diretamente os dois países sem qualquer restrição de trânsito. Com uma capacidade de 55.000 milhões de m³ por ano, explica o interesse

particular da Alemanha no fornecimento de gás russo. Outro desenvolvimento destes últimos anos é o conceito do fluxo inverso que consiste em comprimir o gás na direção oposta àquela para a qual o condutor tinha sido concebido. Na verdade, ao longo de décadas o gás russo circulou de Este para Oeste. No presente, uma vez que o gás é suficientemente abundante no Ocidente, pode-se considerar uma circulação em direção oposta.

A UE não se torna menos vulnerável, como nos lembram as atuais tensões na Ucrânia. A dependência global das importações de energia deve empenhar a UE a prosseguir a sua ação, uma vez que o reforço da segurança energética é do interesse de todos. Sobre estas questões a Europa deve falar a uma só voz e permanecer unida na ação, conforme autorizada, a partir de agora, pelo artigo 194.º do tratado de Lisboa. Com efeito, só a partir da entrada em vigor deste tratado a UE reconhece que a segurança do aprovisionamento energético é uma competência partilhada entre os Estados-membro da UE. O papel da Comissão na arena internacional é agora não só reconhecido, mas a experiência da crise ucraniana mostra precisamente que nestas questões multilaterais “falar a uma só voz”, como só o pode fazer a Comissão, é crucial. Esta nova estratégia apoia-se, portanto, na vontade do executivo europeu de assumir plenamente o seu papel de interlocutor privilegiado nas relações energéticas internacionais. Nesta ocasião, Günther Oettinger, Comissário Europeu para a Energia, disse que:

[...] desejamos parcerias fortes e estáveis com os principais fornecedores, mas devemos também precaver-nos da chantagem política e comercial. A UE e os seus Estados-membro têm muito a fazer: temos de, em conjunto,

fortalecer a nossa solidariedade para com os Estados-membro mais vulneráveis. Devemos também alcançar o mercado interno de energia, melhorar a infraestrutura, ser mais racionais no uso dos recursos energéticos e explorar melhor aqueles de que dispomos. Finalmente, temos de acelerar a diversificação dos fornecedores externos de energia, especialmente para o gás. Só avançaremos através da implementação de medidas concretas.

FAZER FUNCIONAR O MERCADO

A primeira preocupação desta análise foi verificar a situação para garantir a continuidade do fornecimento durante o inverno 2014-2015. A Comissão propôs realizar avaliações de risco globais chamadas “testes de stresse” (stress test). Estas seriam realizadas a nível regional ou da UE, simulando uma rutura no fornecimento de gás. O objetivo era verificar como o sistema pode lidar com os riscos associados à segurança do abastecimento e, nesta base, elaborar planos de emergência e estabelecer mecanismos de segurança. Estes poderiam incluir o aumento das reservas de gás, a redução da procura pela utilização de combustíveis de substituição (nomeadamente para o aquecimento), a criação de infraestruturas de emergência (por exemplo, a satisfação das necessidades em matéria de fluxos inversos) ou a partilha de uma parte das reservas de segurança existentes.

Para fazer face aos problemas de segurança do aprovisionamento, suscetíveis de aparecer no médio e longo prazo, a Comissão propôs atuar em várias áreas-chave, começando pela conclusão do mercado interno da energia através da construção dos elos em falta nas infraestruturas: estes dois eixos são essenciais para reagir rapidamente em caso de rutura do fornecimento e direcionar os fluxos de

energia, em toda a Europa, em tempo oportuno e em função das necessidades. A comissão referenciou 33 projetos de infraestruturas críticas para a segurança energética da UE. Por outro lado, propõe cumprir o objetivo de interligação da capacidade de produção de eletricidade instalada em 15%, até 2030, sempre tendo em conta a questão dos custos e das possibilidades comerciais nas regiões em causa. É verdade que nesta área os progressos primam pela sua ausência. Durante a negociação da abertura do mercado interno da eletricidade no início dos anos 2000, a França resistiu, pois preferia “uma abertura gradual e controlada” destes mercados, a única maneira, em sua opinião, de garantir a continuidade dos serviços públicos. As negociações foram difíceis e Jacques Chirac e Lionel Jospin acabaram por aceitar esta abertura, na cimeira europeia de março de 2002, em Barcelona²⁹, num acordo que previa que a capacidade das interconexões de um Estado-membro com os seus vizinhos devia ser de 10%, em 2005. Hoje em dia apenas estamos nos 8%. Esta falta de interligações transfronteiriças limita a fluidez dos fluxos de eletricidade e o bom funcionamento do mercado. Como se pode garantir um fluxo livre dos eletrões se as autoestradas da eletricidade não existem, pelo menos de forma generalizada nem em quantidade suficiente? Os Estados-membros já se comprometeram a garantir uma taxa de interconexão de 10% antes de 2020; a nova proposta da Comissão Europeia para aumentar esta taxa para 15% tem a intenção de completar este grande mercado europeu da eletricidade, esperado desde há vinte anos e, assim, aumentar esta segurança do abastecimento energético que nos ocupa.

Em conclusão, é patente que as questões de segurança de energia são, com demasiada frequência, abordadas

²⁹Como anedota, esta cimeira teve lugar 5 semanas antes da primeira volta das eleições presidenciais francesas, nas que se enfrentariam Chirac e Jospin. Apesar do tempo primaveral em Barcelona, na delegação francesa o clima era glacial ...

exclusivamente a nível nacional, sem que a interdependência dos Estados-membros seja plenamente tida em conta. A chave para uma melhor segurança energética encontra-se, em primeiro lugar, numa abordagem mais coletiva baseada no bom funcionamento do mercado interno e numa melhor cooperação a nível regional e europeu, nomeadamente em matéria de coordenação de desenvolvimento da rede e na abertura dos mercados e, em segundo lugar, numa ação externa mais coerente.

Além disso, a solidariedade que caracteriza a UE implica uma assistência concreta aos Estados-membro mais expostos a graves ruturas do fornecimento de energia. É, pois, relevante planear as medidas de urgência adequadas, fundamentadas em testes de resistência dos sistemas energéticos e no intercâmbio com as autoridades nacionais e as empresas, e rever regularmente esta planificação, com o objetivo de garantir níveis mínimos de stocks internos, na UE, de combustíveis de substituição disponíveis como complemento das reservas de emergência.

DIVERSIFICAR OS PAÍSES FORNECEDORES E AS ROTAS DE TRANSPORTE

Em 2013, 39% do volume das importações de gás da UE foi comprado à Rússia, 33% à Noruega e 22% no Norte de África (Argélia e Líbia). Embora a UE pretenda manter as suas relações com parceiros de confiança conta, também, estabelecer ligações com novos países parceiros e procura novas rotas de abastecimento, por exemplo, na bacia do Mar Cáspio, ao prolongar o corredor de gás do sul da Europa, o desenvolvimento do hub de gás mediterrânico e do aumento das fontes de abastecimento de GNL. O Mediterrâneo

está, de facto, no centro de vastas reservas de gás (Médio Oriente, Magrebe, Israel e Chipre) mas é, também, o local de passagem do gás que aí é produzido para chegar à Europa. Por exemplo, o Qatar, que detém 10% das reservas de gás convencional, faz passar os seus navios de metano pelo Mare Nostrum para chegar à UE, em particular ao Reino Unido e à Bélgica. Os novos campos de gás em Moçambique, já mencionados e, de modo mais geral, os deste novo El Dorado gasístico que é a África Oriental poderão, também, convergir para a UE chegando primeiro ao Mediterrâneo. Devemos, atualmente, pensar em como criar as condições para um hub gasístico num Estado-membro da UE banhado por este mar. Um hub gasístico é uma plataforma à qual chegam suficientes quantidades de gás natural, quer através de uma conduta ou de um navio-tanque de metano, para poder constituir, nesse lugar, uma bolsa de gás e, assim, criar um verdadeiro mercado de gás, fluído e livre de tutela geopolítica. Isto implicará estabelecer um diálogo comercial e político reforçado com os parceiros do Norte de África e do Mediterrâneo oriental.

Ninguém duvida que este será um desafio geopolítico de primordial importância e que os desafios económicos vão conduzir a posicionamentos estratégicos dos países em causa. A UE pode, também, intensificar os seus esforços de diversificação nas zonas de abastecimento gasístico tradicional. Neste caso, podemos prever uma parceria reforçada com a Noruega, que é um fornecedor confiável e membro do Espaço Económico Europeu.

A IMPORTÂNCIA CRUCIAL DOS NOSSOS VIZINHOS...

Nesta perspetiva de estabilização entre vizinhos, a política

da UE deveria visar não só reforçar as suas relações com os fornecedores existentes mas, também, abrir o caminho aos fornecimentos provenientes de novas fontes. A criação de um corredor sul-europeu que ligue os países do Este-Sudeste europeu com a UE é, a este respeito, um fator importante, uma vez que estabelece as bases para o fornecimento proveniente da região do mar Cáspio e mais além. É vital estabelecer uma política comercial dinâmica nesta região para garantir o acesso ao mercado mas, também, para estabelecer infraestruturas críticas, cuja viabilidade depende do acesso a volumes suficientes de exportação. Numa primeira fase, espera-se que, até 2020, sejam transportados para o mercado europeu, através do corredor de gás sul-europeu, 10.000 milhões de m³ por ano de gás natural produzido no Azerbaijão. Este novo gasoduto é, também, essencial para a ligação ao Oriente Médio. A infraestrutura atualmente prevista na Turquia poderá receber até 25.000 milhões de m³ por ano para o mercado europeu. A longo prazo, outros países como o Turquemenistão, o Iraque - e o Irão, se estiverem reunidas as condições necessárias para levantar o regime de sanções - também podem contribuir significativamente para o desenvolvimento do corredor sul-europeu. Será crucial adotar uma política externa coerente e focada nesses países. Com efeito, o sector do gás é de especial interesse, uma vez que o compromisso político da UE com os países que são potenciais fornecedores é muito forte, o que poderia abrir caminho para acordos comerciais, sem pôr em perigo a continuação da realização de um mercado interno da energia competitivo na UE. Além disso, em certos casos, a agregação da procura poderá reforçar o poder de negociação da UE.

... PARA AÍ INSTAURAR A PAZ E A SEGURANÇA

De forma impercetível para a população em geral, a UE utiliza a abundância de gás natural, a partir de países que não estão muito longe como um incentivo, para estimular a emergência da paz. Ofuscada pela transição energética e o interesse natural pelas energias renováveis, a opinião pública europeia não percebe que a verdadeira revolução tem lugar na frente dos combustíveis fósseis.

Com base, precisamente, na experiência bem-sucedida da criação da Comunidade do Carvão e do Aço, em primeiro lugar, e, depois, da Comunidade Europeia da Energia Atômica civil (Euratom), verdadeiros tratados de paz que não continham o nome mas que em seguida deram vida à União Europeia, a Europa consegue que esta abundância energética seja um fator de estabilização, uma ferramenta de integração de toda a região em torno da UE. Propondo partilhar as ferramentas que foram usadas para fazer a guerra, ou seja, a produção de aço e do carvão - a energia da época - Schuman e Monnet lançaram as bases da reconciliação entre Estados divididos ao longo de milénios. A União Europeia pode pretender servir de modelo para a reconciliação através da partilha de recursos, como já o fez há sessenta anos. Hoje, quando tantas dificuldades parecem ganhar vantagem, não deveríamos ofuscar um facto que se demonstra incontestável: a reconciliação e a paz entre os povos que constituem esta União. Possam os Estados ricos em gás saber apropriar-se deste exemplo e usar os recursos energéticos como veículo de paz e de prosperidade.

MODERAR A PROCURA ENERGÉTICA

A UE, obviamente, não se preocupa apenas com a gestão da oferta de energia mas trabalha, também, com a procura.

Embora a sua designação tenha evoluído ao longo do tempo, a procura da eficiência energética é uma velha política na UE. Tem sido constantemente reatualizada, com novas ambições. É o caso da estratégia apresentada neste capítulo: enfatiza a moderação na procura de energia, em particular no sector-chave do aquecimento, dando uma forte prioridade ao isolamento dos edifícios, sem esquecer medidas nos sectores dos transportes e dos equipamentos. Através da fixação de um objetivo de 30% de poupança de energia, até 2030, em relação às projeções³⁰, a Comissão Europeia propõe que a UE se comprometa a não exceder 1.307 milhões de toneladas equivalentes de petróleo de consumo de energia, nesse ano. A eficiência energética tem um papel fundamental a desempenhar na transição para um sistema mais competitivo, seguro e sustentável. Embora a energia seja o motor das nossas sociedades e das nossas economias, o crescimento futuro deverá realizar-se com menos energia e a menor custo. A UE pode oferecer este novo paradigma de uma gestão responsável da procura. Muito antes do início da crise de 2008, a UE tinha começado a dissociar o crescimento económico do consumo de energia graças ao incremento da eficiência energética. Esta dissociação tem continuado desde então, impulsionada por sinais de preço e por um conjunto completo de políticas de eficiência energética.

Assim, estas políticas e medidas produzem efeitos no sector da habitação - atualmente consome-se menos energia e eliminam-se do mercado os equipamentos ineficientes. Os rótulos, colocados nos eletrodomésticos como televisores, frigoríficos, aspiradores e caldeiras, indicando a sua eficiência energética, permitem aos consumidores fazer escolhas de compra conscientes. As autoridades públicas, a indústria, as PME e as famílias estão cada vez mais conscientes

³⁰Comunicação da Comissão Europeia, A eficiência energética e o seu contributo à segurança energética no âmbito da ação 2030 em matéria de clima e energia COM(2014) 520 final de 23/07/2014.

das possibilidades de poupança de energia graças, principalmente, às medidas financiadas pela UE. No sector dos transportes, as exigências de desempenho energético permitirão reduzir as emissões médias do parque de carros novos em 40% até 2021, comparativamente com 2007.

PRODUZIR MAIS NO SEIO DA UE

Não nos podemos contentar dizendo simplesmente que temos de importar mais, negligenciando os nossos próprios recursos. Devemos, portanto, reforçar a produção de energia endógena: trata-se de intensificar a utilização de fontes de energia renováveis e de garantir a perenidade da produção de combustíveis fósseis.

As energias renováveis

A UE é o líder mundial na produção de energia renovável. Ninguém no mundo fez tanto quanto a UE para promover estas energias amigas do ambiente. Em 2002, adotou uma diretiva para exortar a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis com o objetivo indicativo de 21%, para 2010. Em 2009, uma nova diretiva obriga os Estados-membro a consumir energias renováveis, a fim de que a média europeia seja de 20%, em 2020. Cada Estado-membro deve atingir um objetivo específico, por exemplo, 13% para a Bélgica, 20% para a França, 49% para a Suécia. Estes números referem-se a energia final, ou seja, a que os consumidores utilizam, a saber, eletricidade, combustíveis para transportes e para aquecimento, seja doméstica ou industrial. Quando a diretiva foi adotada estávamos à volta de 8% e, no final de 2012, tínhamos atingido a cifra de 14,1%. O progresso é notável, mas ainda há um longo caminho

para chegar aos 20%. No setor da eletricidade, que recebeu a maior parte do apoio financeiro concedido pelos Estados-membro, a participação aumentou de 14,3% para 23,5% no mesmo período. Estes progressos tangíveis resultam das escolhas dos Estados-membro que decidem soberanamente, conforme previsto no artigo 194.2 do tratado de Lisboa, conceder apoios financeiros diretos ou indiretos a um ou outro tipo de energia renovável, através de mecanismos de ajuda que decidem eles próprios. Não vamos inundar o leitor com números, mas eles são facilmente encontrados. Grosso modo, para este desenvolvimento “verde”, entre 2004 e 2012, foram concedidos 500 mil milhões de euros de investimento, dos quais 250.000 milhões foram para a energia solar.

Uma vez que o objetivo é uma percentagem, ou seja uma fração, podemos alcançá-lo tanto aumentando o numerador (incrementar a produção de energias renováveis) como reduzindo o denominador, isto é, reduzir o consumo de energia. Significa que o objetivo pode também ser alcançado incidindo sobre a eficiência energética. Não devemos, pois, opor a produção de energias renováveis à eficiência energética, uma vez que são instrumentos complementares que permitem aumentar a participação das energias renováveis no balanço energético da UE.

Ouvimos, a miude, dizer que as energias renováveis são atualmente competitivas e, em particular, que alcançaram a paridade de rede, o que significa que o preço da produção, por exemplo, da eletricidade a partir do vento é comparável ao de uma central térmica clássica. Na verdade este pode, por vezes, ser o caso. O problema não reside aí, uma vez que o custo da eletricidade à saída da central representa apenas cerca de metade do custo total, o restante é composto pelas

ajudas à energia renovável, gestão da rede e impostos. Não podemos comparar maçãs e peras e, assim, convido o leitor a não passar um cheque em branco a este tipo de argumento. A dificuldade das energias renováveis modernas é a sua natureza aleatória (o vento não sopra o tempo todo e o sol nem sempre brilha). Esta debilidade parece insuperável e as suas consequências financeiras terão que ser internalizadas. A fim de resolver este caráter aleatório, é necessário compensar qualquer nova instalação de energia renovável deste tipo com a construção de uma capacidade equivalente em capacidade térmica, de modo a, na ausência de vento ou de noite, uma central térmica clássica (a carvão ou a gás) possa compensar a perda de potência. A economia destes investimentos clássicos torna-se igualmente aleatória, porque uma ferramenta eficaz só pode ser usada quando a Natureza o decide. Portanto, é necessário compensar o investidor por esta falta de lucro pois, caso contrário, ninguém faria esse investimento. Pior! Inclusivamente as centrais térmicas existentes necessitam de ajuda pública para ser mantidas de prevenção. Chamamos a isto “mercado de capacidade”, o que significa que o mercado paga a posse da capacidade de produção de eletricidade, não porque produz, mas porque existe. É como os táxis: quando se paga uma viagem, não se paga o que realmente custa a corrida mas, também, o tempo de espera do taxista enquanto o táxi não circula por falta de clientes.

A expressão “central elétrica” indica que é perfeitamente racional centralizar a produção de eletricidade. Foi o que se fez durante o século XX. Atualmente, as posições politicamente corretas querem-nos fazer crer que a produção descentralizada é mais cidadã e, portanto, melhor. É evidente que, pela sua natureza, as energias renováveis são

descentralizadas e que, portanto, quanto mais eletricidade renovável quisermos produzir, mais teremos que enfrentar a não-racionalidade da descentralização. Os engenheiros que durante mais de um século construíram as “centrais” não o fizeram por ideologia ou por opção política, mas sim por racionalidade. Esta escolha da “centralização” permitiu reduzir custos e gerir melhor a poluição. É, aliás, o que ainda maciçamente se faz fora da UE. A centralização permitia, sobretudo, gerir a rede elétrica, pois a eletricidade tem uma característica única no mundo, deve ser produzida instantaneamente no momento da procura. Quando acende uma lâmpada em sua casa ou liga o seu carregador de telemóvel, isto interage instantaneamente com a rede e, portanto, com uma central elétrica em algum lugar da rede. É, por isso, que a gestão de redes é uma disciplina das mais especializadas da engenharia eletrotécnica. Ignorada pelo público em geral e, infelizmente também, pelos políticos esta realidade física é terrivelmente complexa.

Hoje em dia, dado que acrescentamos maciçamente energia elétrica aleatória, a gestão da rede elétrica torna-se infinitamente mais complexa. Foi por isso que inventámos o termo “rede inteligente” () que o público considera imediatamente simpático pelo adjetivo que o compõe. Por detrás deste conceito reside, de facto, uma nova ciência a desenvolver-se. A rede inteligente não existe, estamos a prepará-la através da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico. Isto demorará, ainda, cerca de 15 anos. É por isso que a promoção das energias renováveis para produção de eletricidade, fazendo acreditar que a rede inteligente o vai permitir, não é intelectualmente correta. Sê-lo-á um dia. Hoje não.

Além disso, a Comissão Europeia calculou que a implantação desta rede deve custar cerca de 400.000 milhões de euros para o conjunto da UE. Uma verba impressionante! Quem vai pagar essa quantia? Não as companhias elétricas, que afirmam que estão aí para produzir eletricidade e não para lidar com a rede, que é um monopólio natural. Nem as autoridades públicas, financeiramente esgotadas. Tal só será possível com o aumento do preço da eletricidade. Não obstante, sabemos quanto dano causou o aumento da eletricidade nos últimos 5 anos, que tem crescido a um ritmo assustador de 4% ao ano. Um aumento de 20% é perigoso para a nossa competitividade pois que noutras partes do mundo o preço da eletricidade continua a diminuir.

Na verdade, a segurança da rede energética está em perigo e o risco de “apagão” e os consequentes cortes resultam desta vontade de acreditar que “” e que tudo o que é “cidadania” é bom. Não, é um pouco mais complicado do que isto. O mundo académico da eletricidade tinha advertido³¹, mas não o escutámos porque os defensores dos cidadãos tinham que ter razão...

Tenhamos em conta que, contrariamente à opinião comumente expressa, o potencial de desenvolvimento da energia hidroelétrica na UE não está plenamente explorado. Ainda existem vales situados longe de zonas habitadas ou em áreas com baixa densidade populacional, que poderiam servir como bacias de retenção para produzir eletricidade renovável não-intermitente. Portugal é um dos Estados que investe maciçamente nesta produção.

A Comissão Europeia propôs, numa nova estratégia energia-clima³², trazer esse consumo para 27%, em 2030, facilitando, principalmente, uma abordagem regional europeia, em vez

³¹A Real Sociedade Belga de eletricidade inclusive organizou, a 4 de março de 2004, um colóquio com um título sugestivo – Libération des marchés et sécurité électrique: la revanche de Kirchhoff? – do nome de uma lei fundamental das redes elétricas.

³²Adotada a 22 de janeiro de 2014.

da dos mercados nacionais atuais. De qualquer forma, há uma diferença significativa em relação à decisão de 2009, uma vez que não se atribuirá um objetivo específico a cada Estados-membro mas antes ao conjunto da União. Esta proposta da Comissão Europeia deveria ser ratificada a tempo da UE a apresentar, em dezembro de 2015, na conferência sobre as alterações climáticas a ter lugar em Paris. O objetivo principal deste evento internacional é patrocinar um sucessor para o Protocolo de Quioto sobre a limitação das emissões de gases de efeito de estufa. Vamos ver se haverá um número suficiente de Estados-membro para prosseguir esta política, uma vez que vários estão a fazer as suas contas e diz-se que alguns preferem a posição do Canadá, Austrália e Japão, que não querem mais medidas restritivas nesta matéria. O primeiro-ministro canadiano Stephen Harper afirmou publicamente “que os países que dizem o contrário mentem. Nenhum país, incluindo o Canadá, adotará medidas contra as alterações climáticas em detrimento da sua economia”³³.

O gás e o petróleo da rocha-mãe

Por não escutar mais que absurdos sobre o gás da rocha-mãe, uma grande parte da população europeia, especialmente a francófona, colocou-se contra o que é, no entanto, uma verdadeira revolução energética. Esta é a razão pela qual o debate sobre o gás da rocha-mãe tem sido muito agitado. Corajosamente, a Comissão Europeia dirimiu-o, finalmente, em Janeiro de 2014, adotando uma recomendação aos Estados-membro que visa garantir o estabelecimento de medidas adequadas no que diz respeito à proteção do ambiente em matéria da técnica de fratura hidráulica de alto volume (fracking), utilizada principalmente na exploração de gás da rocha-mãe. A recomendação é um

³³Declaração de 9 de junho por ocasião da visita do Primeiro-ministro australiano Tony Abbott (ver a web da Rádio Canadá <http://ici.radio-canada.ca/nouvelles/politique/2014/06/09/001-lutte-changement-climatique-economie-mensonge-stephen-harper-tony-abbott.shtml>).

dos dois tipos de atos sem obrigação legal previstos pelos tratados europeus. Embora não vinculativa, no entanto, uma recomendação da Comissão Europeia tem peso político, pois constitui um incentivo para os Estados-membro adotarem um comportamento particular. Na verdade, o facto de a promulgar torna lícito o objeto deste ato legislativo. Adotar uma recomendação sobre o gás da rocha-mãe significa que explorar este recurso na UE está autorizado.

O que prevê esta recomendação? Respeitar a legislação em vigor, nomeadamente a relativa à proteção do ambiente. Este ato regulamentar deverá ajudar todos os Estados-membro que pretendam utilizar esta técnica de gestão dos riscos ambientais e sanitários e aumentar a transparência para com os cidadãos. Introduce, igualmente, regras de concorrência equitativas para o setor e fornece um quadro mais claro para os investidores. A recomendação foi acompanhada por uma comunicação³⁴ que examinava as possibilidades e os problemas associados à fratura hidráulica aplicada na extração de hidrocarbonetos. Esta atitude de abertura, em relação aos hidrocarbonetos da rocha-mãe, implica a necessidade de começar por avaliar as reservas, a sua viabilidade económica e assegurar salvaguardas ambientais, em vez de os censurar mesmo antes de os ter estudado.

Perante as esperanças suscitadas em algumas regiões da Europa, mas também face às preocupações, a Comissão formulou os princípios mínimos que os Estados-membro são convidados a seguir para ter em conta aspetos ambientais e proporcionar aos exploradores e investidores a previsibilidade necessária. A recomendação adotada³⁵, que se baseia na legislação vigente da União Europeia e a completa na sua justa medida convida, em particular, os Estados-membro a planificar projetos e a avaliar os potenciais

³⁵ Recomendação da Comissão, de 22 de janeiro de 2014, relativa aos princípios mínimos aplicáveis à exploração e produção de hidrocarbonetos (como o gás de xisto) através de fratura hidráulica de alto volume (2014/70/UE); Diário Oficial L 39 de 8.2.2014.

efeitos cumulativos antes de emitirem autorizações: a avaliar rigorosamente os impactos sobre o ambiente e riscos associados; a zelar pela utilização das melhores práticas; a controlar a qualidade da água, do ar e do solo, a nível local, antes do início das atividades, com a finalidade de detetar eventuais alterações e resolver os riscos emergentes; a limitar as emissões atmosféricas através da captura do gás, incluindo as emissões de gases de efeito de estufa; a informar o público dos produtos químicos utilizados nos diferentes poços e a assegurar que os operadores apliquem boas práticas durante toda a duração do projeto.

Em suma, trata-se de dar luz verde àqueles que querem explorar este recurso, pedindo-lhes não só que respeitem a legislação em vigor mas, também, que apliquem as melhores técnicas disponíveis, a fim de evitar qualquer risco de contaminação.

Naverdade, os casos muito raros de poluição que aconteceram nos EUA desde o início da exploração de gás da rocha-mãe deveram-se à não aplicação de boas técnicas. A fratura não é perigosa em si mesmo, é-o o seu uso indevido, incluindo a negligência das regras de boas práticas em matéria de perfuração. É um pouco como se não se respeitasse o código da estrada e, em consequência, se proibisse a construção de automóveis.

Na cimeira UE-Estados Unidos realizada em Bruxelas, em março de 2014, quando a crise na Crimeia e na Ucrânia estava no seu auge, o presidente Obama não só disse que os Estados Unidos poderiam enviar para a UE o gás natural produzido por fratura hidráulica, como também - satiricamente? - convidou os países europeus a seguirem o exemplo dos americanos

³²Recomendación de la Comisión, del 22 de enero de 2014, relativa a los principios mínimos aplicables a la exploración y de hidrocarburos (como el gas de esquisto) mediante fractura hidráulica de alto volumen (2014/70/UE); Diario Oficial L 39 del 8.2.2014.

e a produzir gás a partir de rocha-mãe. Ele disse aos líderes europeus: “façam como nós, produzam gás da rocha-mãe, pois isso irá melhorar a vossa segurança de abastecimento de energia e, portanto, a do mundo e, além disso, limitará o poder da Rússia...

MAS TAMBÉM OS HIDROCARBONETOS CONVENCIONAIS

Há grandes áreas terrestres e marítimas da UE ainda por explorar. São suscetíveis de conter hidrocarbonetos líquidos ou gasosos e seria uma pena não pensar em explorá-los, em estrita conformidade com as normas ambientais. Por exemplo, Basilicata, uma das regiões do sul de Itália, possui reservas de petróleo interessantes debaixo de terra. Desde há alguns anos, comités locais opõem-se à exploração, sob o pretexto do risco de poluição, embora se extraia petróleo do solo há mais de 150 anos e, salvo muito raras exceções, especialmente no início, não se pode dizer que este processo comporte um risco ambiental. Esta zona não tem nem aeroporto nem autoestrada e está totalmente degradada do ponto de vista económico. Longe de ver ali uma oportunidade de criar postos de trabalho, perspectivas de futuro para os jovens e valor acrescentado, faz-se uma oposição mortal que prevalece em detrimento do governo. Os ativistas não hesitam em mentir, aterrorizando a população ignorante da realidade técnica, como se no mundo só se produzisse petróleo no Vale de Agri e Gorgoglione³⁶.

Ainda em Itália, e de novo para dizer não a toda a atividade industrial, existem comités que se opõem até mesmo à ideia de pensar em realizar prospeções no mar Adriático. Vimos que se descobriu gás no mar do Levante, e os geólogos acreditam que possam existir hidrocarbonetos em todos

³⁶Ver por exemplo o site, para se dar conta do exagero dos propósitos: <http://buenobuonogood.com/2013/10/15/nero-ditalia-il-petrolio-della-basilicata-inquina-e-ci-avelena/>

os mares do Mare Nostrum. É por isso que a Croácia, o mais recente Estado-membro da UE, lançou um concurso convidando as empresas petrolíferas a prospeção a sua zona económica exclusiva no mar Adriático. A situação seria cómica se não fosse, na verdade, uma forma de suicídio económico: toda a área croata já está fragmentada em blocos de exploração enquanto a italiana não tem nenhum. O ex-presidente da Comissão Europeia e do governo italiano, Romano Prodi, atacou fortemente essa paralisia inexplicável dado o significativo potencial de produção:

O nosso país tem o conhecimento, a tecnologia e a experiência para ser bem-sucedido e uma das leis mais rigorosas em matéria de proteção ambiental e de segurança dos territórios. No nosso caso, estamos perante situações incompreensíveis, uma vez que o princípio da precaução se utiliza para proibir a utilização de recursos do subsolo e defender a ideia de que toda a gente tem o direito de vetar qualquer iniciativa³⁷.

Assistimos a um problema semelhante nas Ilhas Baleares. O governo espanhol também se interessou pela prospeção de gás nesta zona económica exclusiva. Muito naturalmente, considerou o espaço marítimo à volta das Ilhas Baleares e concedeu autorização para a prospeção, mas as autoridades regionais das Ilhas Baleares opuseram-se fortemente. Eles apoiam-se na hostilidade da população, que teme os impactos ambientais, e na oposição instrumentalizada dos “ricos de Ibiza” (cite-se o nome de Elton John à cabeça), mas parece que a razão objetiva é que os benefícios serão para o Estado central, que detém a soberania sobre os espaços marinhos.

Estes exemplos recentes servem para ilustrar que é

³⁷Romano Prodi, “Quel mare di petrolio che giace sotto l'Italia: possiamo raddoppiare la produzione di idrocarbur”, em Il Messaggero, 18 de maio de 2014, http://economia.ilmessaggero.it/economia_e_finanza/prodi-quel-mare-di-petrolio-che-giace-sotto-l-amp-rsquo-italia/697134.shtml

surpreendente tomar como um dado adquirido que a UE não dispõe de recursos. Apesar da sua determinação em continuar a melhorar a eficiência energética, a UE mostra um grande interesse em produzir, por si mesma, o que necessita, em vez de comprar mais energia fora e, em particular, nos países de que já depende muito.

Produzir no interior da UE é certamente uma estratégia vencedora na corrida para a segurança do abastecimento energético e, portanto, para a paz e a segurança.

E O MÉDIO ORIENTE NESTE CONTEXTO?

No final do nosso percurso, que nos leva da guerra a uma provável - na verdade desejável - paz e segurança energética, a questão não pode ser evitada: em que pode converter-se o Médio Oriente nesta nova perspectiva de abundância de combustíveis fósseis? A política, a geopolítica ou a ideologia não podem mudar nada à geologia. Os recursos petrolíferos do Médio Oriente são consideráveis e assim continuarão. É, por tanto, ilusório pensar em contornar permanentemente esta zona “escandalosamente rica” em hidrocarbonetos.

Como prova desta evidência olhemos para alguns números: em 1980, as reservas de petróleo do Médio Oriente eram de 362,4 mil milhões de barris e representavam 57% das reservas mundiais, em 2013, os dois valores são, respetivamente, de

808,5 e 48%. Em um terço de século as reservas multiplicaram-se por 220%, mas o seu peso relativo caiu quase dez pontos, como indicamos anteriormente. Mas já não estamos em 1973, quando o Médio Oriente podia tentar forçar o Ocidente a segui-lo numa política que não era a nossa.

A CAMINHO DE UM NOVO MÉDIO ORIENTE

Examinemos a evolução geral dos países do Próximo e Médio Oriente à luz da análise energética, mesmo que nem todos os países desta zona sejam necessariamente potências petrolíferas. Vimos que, até 1973, as receitas do petróleo beneficiavam mais os países ocidentais que os árabe-muçulmanos. Mas, após essa data, longe de proporcionar riqueza, como é o caso por exemplo na Noruega, o petróleo não serviu para relançar a prosperidade da população. Recordemos que as receitas do petróleo é o lucro que vem da diferença entre o custo de produção e o preço de venda. Se o preço de venda é quase uniforme, o custo de produção varia muito em função das condições geológicas e geográficas. Com um custo de produção de cerca de \$2 por barril no Médio Oriente, um preço de mercado mundial de \$110 por barril e uma produção de 28,3 milhões de barris por dia, podemos calcular o rendimento do Médio Oriente em cerca de 3.000 milhões de dólares por dia. Esta verba poderia ter seguramente servido, também, para desenvolver serviços sociais, criar uma economia florescente e universidades super equipadas. Com uma fração dessa verba teria sido possível ajudar outros países da sua cultura religiosa, poderiam ter feito da Faixa de Gaza uma área que iria atrair o ciúme dos israelitas. Em vez disso, o sul da Itália e, portanto, toda a UE têm de lidar com os fluxos de refugiados dificilmente absorvíveis na nossa exausta economia. Ousemos, pois, dizer-lhes: “a

primavera árabe” é o resultado desta apropriação indevida das receitas do petróleo ou, pelo menos, da sua muito má utilização.

Embora no imaginário coletivo ainda se veja o industrial do petróleo como o vilão capitalista que, de charuto na boca, despoja o pobre Oriente Médio, felizmente estamos muito longe dessa imagem estereotipada de um outro tempo. Paolo Scaroni, quando era diretor geral do grupo petrolífero italiano ENI disse, de maneira concisa mas poderosa, “é o seu petróleo”, por outras palavras, todas as companhias ocidentais sabem que já não se apropriarão das receitas. É um dado adquirido.

Mas o que irão fazer? Mesmo se o petróleo cair para \$75 por barril, pela sua abundância global, aquela receita poderá diminuir mas, ainda assim, será da ordem dos \$2.000 milhões por dia. Como fazer para que esta enorme quantia seja bem utilizada? Ora, observamos que os países que se desenvolvem são aqueles que são estáveis e não os que têm recursos naturais, de outra forma África teria sido o pulmão económico do mundo. Infelizmente, na maioria desses países, a democracia não se impôs por si mesma. Parece que nessas culturas é necessário um chefe que proporcione ordem e coesão, como se apenas pudesse haver estabilidade se existir um chefe reconhecido e, se é chefe, ele pode, e até deve como no Afeganistão, apropriar-se pessoalmente dos bens comuns. Com tal cultura, não nos podemos surpreender com a apropriação das receitas do petróleo que passaram diretamente do bolso dos países da OCDE para as contas bancárias dos dirigentes dos países libertados dos colonizadores, mas não libertados de um dono absoluto. Tudo isto confirma que o petróleo é “o excremento do diabo”.

Obviamente, a democracia não se impõe, mas se as populações não lutarem pelo primado do Estado de direito - talvez adaptado à cultura islâmica -, o que está em vigor desde há 40 anos perpetuar-se-á ainda por muito tempo.

Pior, a situação nos países árabe-muçulmanos impacta a situação da Ásia Central, que é outro pólo de grande interesse energético. Em dado momento poder-se-ia pensar que se estava a ocidentalizar, mas não foi o caso. O Azerbaijão, o Cazaquistão, o Uzbequistão e os demais querem modernizar-se mas sem terapia de choque, sem copiar a primavera árabe que, de qualquer modo, não funcionou. Esses países, também muçulmanos, querem construir o seu próprio modelo com base na sua religião, cultura e localização geográfica. Isto só se pode realizar em estabilidade. Não obstante, a estabilidade política resulta de um equilíbrio de poderes que não é necessariamente a democracia. Tal como a industrialização procurou, no Reino Unido, na França ou na Bélgica, a estabilidade e a homogeneização das classes sociais, estes países deveriam aproveitar igualmente as suas receitas do petróleo para seguir este caminho que, acima de tudo e com uma visão lucida sobre o nosso passado, foi bastante bem sucedido.

Contata-se, que o Médio Oriente está numa encruzilhada, ou se moderniza como o fazem muitos países da Ásia, ou se afundará num regresso ao passado, aplicando leis morais totalmente inadequadas à modernidade. Ou o califado com a sharia - e o seu corolário de virulência para com aqueles que não querem viver “na sombra do islão” - ou a democracia ocidental. Esta escolha é deles.

O PETRÓLEO ENTRE XIITAS E SUNITAS

Vladimir Putin não usou o termo “energia cristã” sem o ter pensado bem. O que acontece com o exército do Estado Islâmico no Iraque e no Levante (EIL) deve, também, ser examinada à luz da energia e da religião e, quanto a este ponto, não se pode ser otimista. O EIL, agora simplesmente autoproclamado Estado Islâmico (EI), depois de ter dominado uma grande parte da Síria, em junho 2014 atacou o centro do Iraque com uma facilidade desconcertante. Os comentaristas pouco falaram da importância do petróleo neste conflito, embora pudesse estar no coração da revolta do país, tanto quanto o EI.

O Iraque sofre, mais uma vez, das suas fações internas: na prática o país está dividido entre uma área sunita no centro, uma xiita no sul e uma curda no nordeste. Numerosos observadores concordam em dizer que fazendo uma distribuição de interesses pelos seus correligionários xiitas, Nuri al-Maliki, o presidente iraquiano eleito duas vezes, é muito criticável no que diz respeito à gestão do país, particularmente, pelas suas políticas autoritárias e de marginalização da minoria sunita. Neste contexto, nos Estados Unidos se insiste em que se respeite a constituição do Iraque, o que significou que não é necessário que al-Maliki se apresente para um terceiro mandato. Isto levou à formação de um novo governo sob a presidência de Haidar Al-Abadi, mais equilibrado entre as três comunidades religiosas do país. Com a finalidade de poder “terminar” com a guerra, os Estados Unidos haviam optado pela reestruturação do exército iraquiano apoiando-se, em parte, mas de forma significativa, nos sunitas do antigo exército do ditador que, como sabemos, também era sunita. O apoio exagerado de al-Maliki aos seus correligionários traduziu-se, no exército, na substituição de uma parte dessa hierarquia sunita por

xiitas. Desde então, não é surpreendente que, confrontados com um exército sunita bem treinado do EI, os sunitas do exército iraquiano tenham preferido retirar-se. Perante o apoio do Irão a al-Maliki e a todos os outros líderes xiitas ou próximos aos xiitas, os sunitas já não querem ficar.

Aproveitando-se da crise síria, este grupo armado jihadista salafista quer transformar o espaço a que os árabes chamam al-Sham, e que se estende desde o Iraque ao Mediterrâneo, num califado, como antes do domínio turco (em Inglês, EILL diz-se “Islamic State of Iraq and al-Shām” - ISIS). Neste contexto, um mensageiro de Alá afirma que “o coração da morada do islão é al-Shām”. Um panfleto publicado por este “Estado” híper violento precisa que, para os cidadãos sob o seu controlo, “a melhoria das condições de vida é menos importante do que o estado da sua religião”. Para aqueles que ainda duvidam basta ver o vídeo “Les cliquetis des sabres”, disponível na Internet, onde o EI declara que quer “estabelecer um estado islâmico e massacrar os seus inimigos, mais particularmente as forças de segurança iraquianas e os xiitas”. Na verdade, foi o que fez explicitamente, com horror, aos cristãos de Mossul: a saída - a conversão ou o sabre. Já o compreendemos, é uma guerra religiosa o que está em causa no al-Shām.

A situação é confusa, porque se os extremistas sunitas desejam criar este al-Shām, os xiitas também querem construir um crescente xiita que vá do mar Mediterrâneo ao Irão. Se examinarmos a situação nesta zona, de Oeste para Leste, notamos que as milícias alauitas pró-xiitas, do bairro de Jabal Mohsen, em Trípoli (Líbano), bombardeiam regularmente o bairro sunita Bâb Tebbâné. O Líbano está dilacerado pelos xiitas libaneses (o Hezbollah). Assad, com o

objetivo de permanecer no poder, é favorável a este crescente xiita e apoia-se no Irão. Claro que Nuri al-Maliki também. Para além da perseguição de cristãos, judeus e outras minorias, é uma guerra intramuçulmana fratricida. Embora não seja para se apropriar dos recursos petrolíferos é, sem dúvida, o dinheiro das receitas do petróleo o que permite este massacre. Especialmente considerando que o Qatar, um “anão” geográfico mas uma potência económica graças aos seus 10% de reservas de gás natural convencional, pretende desempenhar um papel maior na defesa do sunismo a ponto de aspirar ser mais poderoso que a Arábia Saudita, tanto energeticamente como pela sua influência religiosa.

Em tais circunstâncias, como se pode esperar que a paz e a segurança se implantem nesta zona? Felizmente, o mundo transborda hidrocarbonetos pois, caso contrário, teríamos assistido a uma subida em flecha do preço do barril. É uma demonstração simples da tese em que se fundamenta a nossa reflexão: a abundância de combustíveis fósseis é tal que xiitas e sunitas podem fazer a guerra nas zonas petrolíferas, sem que o mercado do petróleo enlouqueça. Proclamou-se o califado em al-Shām, até mesmo por Boko Haram nesse grande país petrolífero que é Nigéria, mas o preço do petróleo desce inclusive abaixo dos \$100 por barril. É o oposto do que aconteceu em 1956 com a crise de Suez, em 1973 com a guerra do Yom Kippur, em 1979 com a revolução iraniana, em 1981 com a guerra Irão-Iraque (outra guerra entre xiitas e sunitas), em 1991 com a primeira guerra do Golfo e, em 2003 com a guerra no Iraque. Ainda é necessário demonstrar o fim da quarentena?

RUMO AO CURDISTÃO QUE CHURCHILL RECUSOU?

Os curdos iraquianos, que representam 20% da população

iraquiana e que têm a sua própria identidade étnica bem podiam, graças ao petróleo que possuem, sair vencedores deste conflito religioso entre muçulmanos.

Qubad Talabini, vice-primeiro ministro do governo curdo, declarou que os líderes curdos não procuram a dissolução do Iraque, “o Iraque, em certo sentido, preocupou-se conosco.” Trata-se aqui de um recuo de quase um século. Vimos, no início deste livro, que os acordos Sykes-Picot haviam proposto que no desmembramento do Império Otomano se criasse um Estado curdo independente, que Winston Churchill recusou. Atualmente, parecem existir, de novo, as condições para que o Curdistão iraquiano exija uma regionalização ainda mais detalhada do que a atual. Mas a situação também poderia tornar-se instável e o resultado inesperado, uma vez que não se pode ignorar o possível desejo de independência, que os Estados Unidos não consideram de forma alguma. Foi o que aconteceu na Jugoslávia... Há que ter em mente que nem todos os curdos iraquianos são muçulmanos, uma vez que existem 100.000 curdos cristãos (católicos, caldeus, assírios, siríacos). Além disso, os sunitas, que são a maioria dos muçulmanos, não são vistos pelos salafistas da Arábia Saudita ou do Catar como verdadeiros muçulmanos. Quanto aos curdos xiitas, eles foram muito massacrados por Saddam Hussein. Um Estado Islâmico não é, portanto, um bom augúrio para a população curda iraquiana, que sempre viveu em boa harmonia religiosa, mesmo com os judeus, de modo que esperamos que um eventual Estado curdo mantenha boas relações com Israel.

Por outro lado, o Curdistão iraquiano, que possui campos de petróleo não explorados, está em pleno desenvolvimento económico, uma vez que o seu governo segue claramente uma

política favorável aos negócios, ao contrário dos extremistas religiosos. Está convencido de que é o setor privado e não o Estado, o mais apto a implementar rapidamente projetos de produção e construir infraestruturas para a exportação. As suas reservas serão de 45.000 milhões de barris (quase o equivalente à Líbia) e de entre 3 e 6 Tm³ de gás convencional (a Argélia situa-se bem a meio deste intervalo). Tratam-se de reservas que o Iraque ignorava possuir e que só foram descobertas por iniciativa do governo regional, após a queda do regime de Saddam Hussein. Atualmente, a exportação mal chega a 400.000 barris por dia, embora espere passar a 1 milhão de barris por dia, em 2015, e a 2 milhões de barris por dia daqui até final de 2019. Com o objetivo de lançar uma profunda transformação do Curdistão iraquiano, o governo regional assinou cinquenta contratos com companhias petrolíferas internacionais para desenvolver os campos existentes e, sobretudo, para o arranque da produção em novos. O contrato mais importante foi assinado com a ExxonMobil, algo que não agradou nada ao governo federal que adotou medidas de retaliação contra a petrolífera, decidindo que qualquer empresa que colabore diretamente com a região autónoma seria excluída de futuros contratos federais. Este braço de ferro inter-regional, a propósito das competências internas, resulta da diferente interpretação da constituição federal, aprovada em 2005, que, de acordo com o Curdistão, afirma explicitamente que os novos campos de exploração são da exclusiva responsabilidade das entidades federadas - o que é contestado pelo poder central. Embora o Curdistão seja uma zona extremamente promissora, o escoamento do petróleo curdo ainda deve ser melhorado, uma vez que depende em grande parte da sua capacidade de exportar por mar. A rota mais importante de exportação do petróleo dos campos do Curdistão é o oleoduto Kirkuk-

Ceyhan (na Turquia) com 960 km de comprimento e que só pode exportar 1,6 milhões de barris por dia. Note-se a importância geoestratégica da Turquia, também muçulmana, mas que tem tanta necessidade de petróleo.

O grau de ódio é tal, hoje em dia, que a desintegração do Iraque poderá ser uma saída inevitável. Se isto ocorrer, o El encontrar-se-ia com poucos recursos de petróleo pois o al-Shām é a região menos rica, embora não se possa excluir que novas tecnologias de prospeção e produção revertam, também aqui, a situação. Mas, afinal de contas, isso não deveria ser um problema para o El pois, para estes salafistas que detestam as monarquias do Golfo, embora também elas salafistas, não é a prosperidade material e, portanto, o petróleo, o que importa, mas sim “a verdadeira religião”. Assim, com estas imensas riquezas em hidrocarbonetos se xiitas e sunitas iraquianos parassem de se matar, o país poderia também sair da sua tão sinistra história.

Ashti Hawrani, ministro de Recursos Naturais do Curdistão iraquiano, resume numa frase lapidar a situação na sua região: “A maldição dos recursos do passado deve ser transformada numa bênção.” Ele partilha a demonstração que procurei apresentar neste livro, ou seja, que a abundância de petróleo e de gás a nível mundial pode ser, hoje em dia, um instrumento de pacificação e já não de guerra.

A ENERGIA PARA A
PAZ, A PROSPERIDADE
E A SEGURANÇA MAS
PARA TODA A GENTE

Paul Valery lembra-nos que a guerra nunca foi uma solução mas, pelo contrário, uma fonte de outras complicações:

A própria divisão do território habitável em nações politicamente definidas é puramente empírica. É historicamente explicável mas não o é de forma orgânica, uma vez que a linha traçada no mapa e no solo que constitui uma fronteira resulta de uma continuidade de acidentes consagrados por tratados. Em muitos casos, esta linha fechada está bizarramente traçada, ela separa territórios semelhantes, ela reúne aqueles que diferem grandemente e introduz, nas relações humanas, dificuldades e complicações para as quais a guerra que delas resulta nunca é uma solução mas, pelo contrário, uma nova semente³⁸.

³⁸Philippe-Jean Quillien, Paul Valéry et la politique, Paris, L'Harmattan, 1994.

A criação da União Europeia é um exemplo gritante do que diz Paul Valery. A construção da Comunidade Europeia, convertida logo na União Europeia, era um imperativo moral frente à dramática herança da Primeira e da Segunda guerras mundiais. Ao propor pôr em comum as ferramentas que serviam para fazer a guerra, ou seja, a produção de aço e de carvão - a energia da época - Schuman e Adenauer lançaram as bases para a paz e a reconciliação entre Estados divididos durante milénios. A criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a que se seguiu a Comunidade Económica Europeia e a da Energia Atómica civil levou, finalmente, à criação deste espaço de paz que é, hoje em dia, a União Europeia. A ideia de uma guerra entre nós tornou-se impensável na União, tal como os pais fundadores o desejaram ou, ainda melhor, uma vez que esta “grande aventura (...) cria um espaço privilegiado de esperança humana”³⁹. Numa altura em que tantas dificuldades parecem penalizar este “espaço de sentidos” não se deve ofuscar um facto que se demonstra incontestável: a reconciliação e a paz entre os povos que compõem esta União.

Voltemos ao nosso ponto de partida. A física ensina-nos que a energia é a mesma noção que o trabalho. Poderíamos substituir a expressão “política energética europeia” por “política de trabalho europeu”. A energia serve, antes de mais, para produzir trabalho, quer dizer o que é penoso, pois que labor significa trabalho. Se adotássemos mais frequentemente este ponto de vista compreenderíamos que a produção, a distribuição, o acesso e o consumo de energia tanto individual como coletivamente, condicionam a vida dos seres humanos.

Há, no mundo, 1.300 milhões de pessoas que não têm

³⁹Fim do Preâmbulo do Projeto de Constituição para a Europa.

acesso à eletricidade e vários milhares de milhões que têm apenas um acesso aleatório. Pior! Falta energia. Há 2.700 milhões de pessoas que têm de cozinhar “com 3 pedras”, ou seja, fazendo o que se fazia na Europa há séculos atrás. Num próximo ensaio⁴⁰ tentarei dar a conhecer esta injustiça energética perante a qual o nosso mundo condescende e, se for possível, despertar as consciências, com o objetivo de que cesse esta praga da falta de energia, para que uma grande parte da população humana saia da miséria e desfrute de qualidade de vida, senão como a nossa, pelo menos claramente mais decente do que a atual. Sim, a energia não é, antes de tudo, uma fonte de poluição mas o vetor de desenvolvimento económico e, portanto, da pessoa humana. Provavelmente, alguns idealistas aceitarão um retrocesso trocando o automóvel pela bicicleta ou o chuveiro pela banheira de zinco. Mais raros, ainda, serão aqueles que aceitarão ir para o tanque público municipal lavar a sua roupa, uma vez por mês, com água fria e sem detergente químico. Mas sejamos claros: apesar do leitmotiv do Ocidente, que é pretender que poluímos, ninguém imagina um mundo em que o suor da testa e as longas horas de trabalho recuperem o lugar que tinham antes da descoberta do conforto, que nos foi dado, desde há um século, pelo uso das tão desacreditadas energias fósseis. Se nós, os ocidentais, não estamos prontos para retroceder, esses milhares de milhões de seres humanos que não têm acesso à energia querem aproximar-se do conforto de que desfrutamos. Estão no seu direito. A desigualdade económica crescente, a exclusão de determinadas populações de oportunidades de desenvolvimento apropriadas, só poderá resolver-se por uma utilização claramente responsável da energia mas, acima de tudo, como o afirmaram os pais fundadores da UE, com uma energia abundante e a um melhor preço. É uma

⁴⁰Samuele Furfari, La pauvreté énergétique (em preparação).

questão ética, moral.

Ouvimos muitas vezes dizer que a água é um bem comum e, atualmente, alguns ousam estender essa noção à energia. Alguns pensam que esta noção de “bem comum” significa que o uso da água ou da energia devem ser geridos por organismos públicos e, inclusivamente, que devem ser distribuídos gratuitamente. Não acredito que alguém vá ser perseguido por meter um balde num rio para tirar água. Neste sentido, a água é realmente um bem comum. Mas quem quer ter água em casa e, além disso, que seja potável, é claro que deve pagar o serviço inerente a essa comodidade. A água é um bem comum, mas a distribuição de água é um serviço comercial. De forma análoga, ninguém deve esperar que a eletricidade lhe chegue a casa gratuitamente, este serviço é comercial.

É verdade que a segurança do abastecimento energético deriva, cada vez mais, de uma política comum. O que pode fazer a Bélgica sozinha frente à Rússia ou ao Qatar para gerir o seu abastecimento de energia? Num “espaço de senso comum” já não é possível que, de um lado, estejam os que têm garantias de dispor da energia de que necessitam e, do outro, os que dela vão ser privados. E dado que este “espaço de senso comum” se torna global, já não nos podemos iludir com noções politicamente corretas como a do “bem comum”, mas torna-se necessário ousar enfrentar a questão fundamental: a da energia para todos! Cada indivíduo sobre a terra tem o direito à mesma dignidade e, portanto, ao acesso à energia. Podemos tolerar que para alguns o trabalho duro seja a condição necessária para sobreviver e para outros a energia seja a condição que permite o seu lazer? O horizonte da energia deve ser aquele que substitui o trabalho, o labor,

as tarefas para todos, onde quer que vivam no mundo. Para os judaico-cristãos Deus deu a terra a toda a humanidade, para os humanistas a terra pertence a toda a humanidade, em ambos os casos é para o bem e a realização do Homem. O endeusamento da Natureza, o tabu dos recursos naturais, a obsessão pelo desenvolvimento sustentável daqueles que pretendem que esta natureza seja um absoluto intocável, é uma religião moderna ou, mais corretamente, um regresso ao paganismo que prevalecia na Europa antes da cristianização. Por detrás da simpática teoria de pensar nas gerações futuras, na verdade esconde-se uma teoria mortal para os de hoje e, especialmente, para os mais fracos deste mundo. Bjorn Lomborg, um ex-activista da Greenpeace denuncia regularmente, na imprensa, esta contradição: com o que gastamos para salvar uma pessoa da eventual consequência de mudanças climáticas antropogénicas num século, poderíamos salvar cinco mil pessoas hoje em dia. Por quê? Porque atualmente, a maioria da população do mundo consome apenas uma pequena parte da energia mundial. Este acesso insuficiente à energia é uma injustiça, um obstáculo ao desenvolvimento e à capacidade de viver com dignidade.

A fim de resolver este desafio da energia para todos, necessitamos, acima de tudo, de uma boa governação. A técnica está disponível. Exércitos de engenheiros e cientistas lutam todos os dias para produzir mais e mais energia, incluindo as novas formas de energia. Nos laboratórios de química orgânica e de eletroquímica preparam-se soluções futuristas e de rutura tecnológica⁴¹. Não param de procurar soluções para que a energia contamine o menos possível, de modo a que o impacto sobre a natureza seja mínimo e o custo seja competitivo. De onde vem esta ideia absurda,

⁴¹Ver las lições dadas à Academia real da Bélgica pelo Professor Marc Fontecave, do Collège de France.

politicamente correta, de que os engenheiros querem poluir, que estão a soldo dos capitalistas que querem destruir a natureza? A história da tecnologia ensina-nos exatamente o contrário. Os cientistas, os técnicos, os engenheiros, sempre tiveram um grande sentido de responsabilidade. Se o mundo ocidental se tornou, se não um refúgio de paz, pelo menos um refúgio de qualidade de vida para a grande maioria da população, é graças a estes investigadores, cuja paixão é a inovação, não por si mesma, mas para o bem comum.

Deixemos de ver a energia como uma fonte de poluição e vejamo-la como a fonte da qualidade de vida. Ou então sejam coerentes, mudem de forma de vida. Cada um é livre de o fazer. Não são necessárias leis, diretivas ou decretos para decidir viver como os nossos avós. Ainda se vendem banheiras de zinco e sabão de Marselha.

O caminho que acabamos de percorrer começou com a Primeira Guerra Mundial, há um século atrás, e da qual lembramos, atualmente, a infelicidade que causou. Temos hoje a oportunidade de dispor de meios incomensuravelmente mais poderosos para proporcionar bem-estar material a toda a população mundial, isto graças à energia abundante, muito abundante. É uma oportunidade única para pacificar não só a UE mas todo o mundo. É a minha convicção. A paz e a segurança estão ao alcance da mão com, em primeiro lugar, o bem-estar material. Para todos!

ÍNDICE

Prefácio

Introdução

CAPÍTULO 1 – PORQUE É A ENERGIA NECESSÁRIA?

CAPÍTULO 2 – A GRANDE GUERRA

CAPÍTULO 3 – VERSALHES, NEM PAZ NEM SEGURANÇA

CAPÍTULO 4 – A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

CAPÍTULO 5 – PAZ E RECONCILIAÇÃO GRAÇAS À ENERGIA

CAPÍTULO 6 – A PAZ ENERGÉTICA DURANTE OS GLORIOSOS 30

CAPÍTULO 7 – A QUARENTENA ENERGÉTICA

CAPÍTULO 8 – O FIM DA QUARENTENA

CAPÍTULO 9 – AS CONSEQUÊNCIAS DE PRODUÇÃO DO GÁS DA
ROCHA-MÃE

CAPÍTULO 10 – O INVERSO DA PAZ E DA SEGURANÇA

CAPÍTULO 11 – A BOA GOVERNANÇA E A ENERGIA

CAPÍTULO 12 – QUE ESTRATÉGIA EUROPEIA PARA A
SEGURANÇA DO APROVISIONAMENTO ENERGÉTICO?

CAPÍTULO 13 – E O MÉDIO ORIENTE NESTE CONTEXTO?

CAPÍTULO 14 – A ENERGIA PARA A PAZ, A PROSPERIDADE E A
SEGURANÇA MAS PARA TODA A GENTE

A energia fóssil tem estado, infelizmente, na origem de muitas guerras. Começando pela de 1914, passando pelo Tratado de Versalhes, a emergência da geopolítica graças ao interesse dos militares, as necessidades energéticas da guerra de 40 a 45, a crise do petróleo dos anos 70, e terminando nas crises da Ucrânia e do Iraque. Este livro mostra como a falta de energia levou a tensões ou guerra. No entanto, a UE tornou-se um refúgio de paz graças à energia. Atualmente, a abundância de combustíveis fósseis oferece a possibilidade, verdadeiramente nova, de utilizar a energia como instrumento para trazer paz e segurança ao mundo. Para todos.

Filho de mineiro, Samuel Furfari é engenheiro e doutor em ciências aplicadas com uma tese sobre carvão. Há mais de 32 anos é funcionário da Comissão Europeia, onde sempre trabalhou no campo da política energética. Professor da ULB, onde leciona geopolítica da energia é, também, um disseminador da política energética e do desenvolvimento sustentável.

